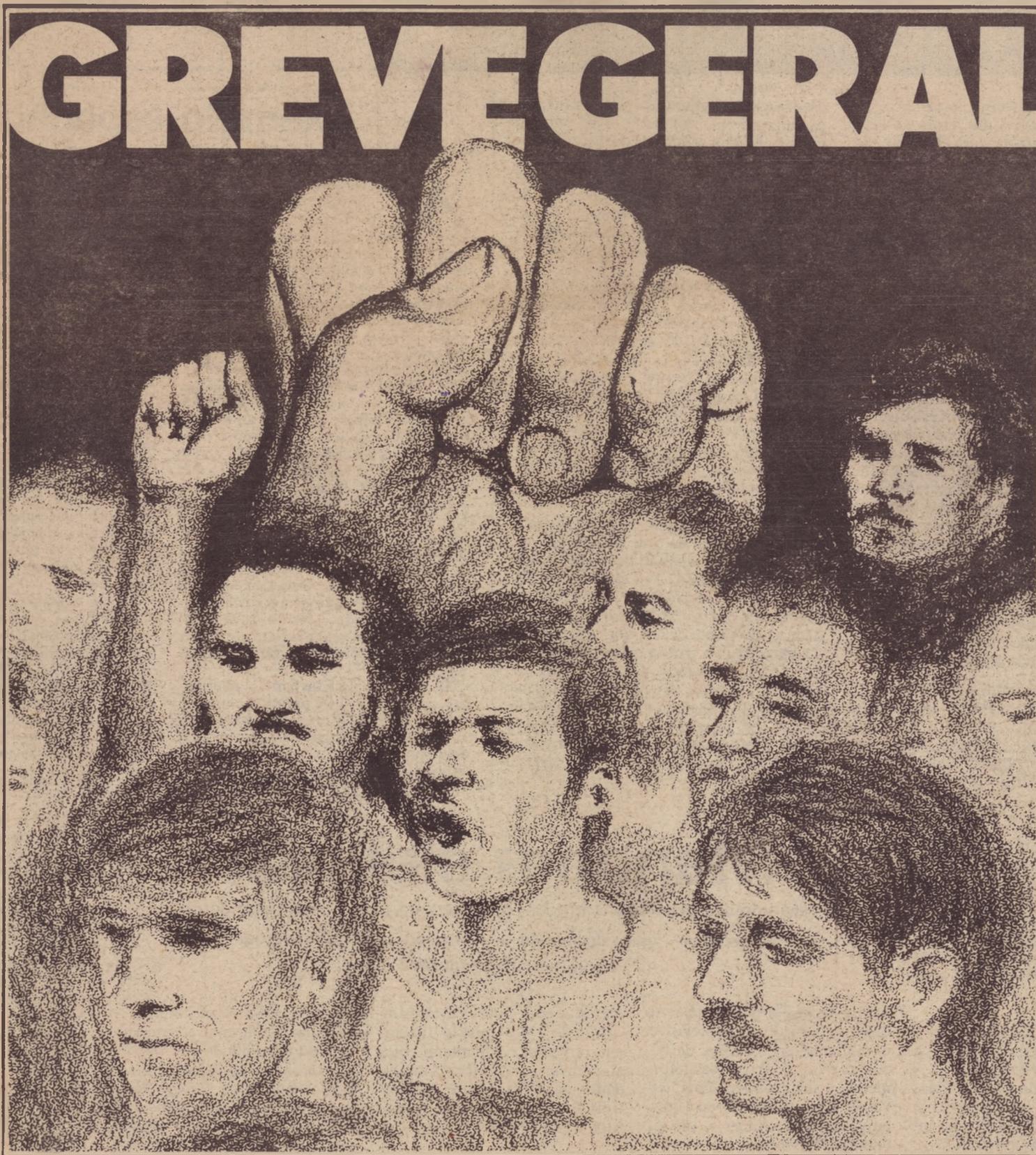


EM TEMPO

Quinzenário Nacional • Nº 129 • Ano IV • 28/5 a 10 de junho de 1981 • Cr\$ 40,00

- 30 dias e o terror impune
- PT, legalização garantida
- Falência é bom negócio

Lula exclusivo: COMO PREPARAR A GREVE GERAL



PCB quer aliança
com militares
pág. 20



Os descaminhos do apoio a Figueiredo Conciliação não rima com punição



lisses na reunião dos partidos em Brasília: a voz da impotência e do descrédito

Fato 1: o governo apreende os jornais Movimento, Hora do Povo e Tribuna da Luta Operária, este último inclusive sem mandato de busca e apreensão, por conterem notícias consideradas ofensivas contra o Exército. O Ministro da Justiça chegou a declarar que a apreensão dos jornais que responsabilizavam explicitamente setores do Exército pelas explosões do Rio Centro fora uma medida "preventiva" contra reações mais contundentes que poderiam vir de setores militares mais agastados com os jornais.

Fato 2: depois de prestar apoio irrestrito a Figueiredo na apuração dos atentados e receber em troca uma nota oficial evasiva da Presidência, os partidos opositores de maior representação institucional evitam assumir resolutamente a exigência da apuração do terror. Em Brasília, com o argumento de que uma cobrança mais enérgica de atitudes punitivas de Figueiredo o elevaria a entrar em choque com os setores "duros" do Exército, podendo levar a um retrocesso da abertura.

Enquanto isso, no meio político, crescem novamente os boatos da iminência de um golpe de setores mais retrógrados do Exército e se fortalece a convicção de que o momento político exige moderação.

Realismo ou suicídio político?
O governo, não resta dúvida, utilizou bem o lastro político que lhe foi conferido pela reunião das lideranças partidárias com José Sarney, presidente do PDS, em Brasília. Com o afrouxamento das pres-

sões exigindo a apuração, se permitiu descaracterizar inteiramente e com impunidade política o inquérito do Rio Centro; reprimiu, sem muitos custos políticos, alguns daqueles que ousaram estampar em suas páginas a verdade dos fatos de maneira nua e crua, isolados que estavam no cenário político. Além disso, capitalizou politicamente o apoio ao projeto de abertura.

Já os DOI-CODI da vida saíram fortalecidos, legitimados como instituição do "glorioso Exército Nacional". Por exemplo, a declaração do general Ayrosa na transmissão da chefia do Estado-Maior do Exército, enaltecendo a Operação Bandeirantes, responsável pelo assassinato e tortura de um sem número de presos políticos. E os terroristas, reforçados na sua impunidade, voltarão, como já voltaram em Vitória, na madrugada do dia 25 de maio, explodindo o jornal **A Tribuna**, famoso pela divulgação do Caso Aracelli.

Quanto aos partidos de oposição burguesa, coerentes na sua posição de só bater o pé, fazer questão de princípio, em torno à realização das eleições de 82, restou-lhes o descrédito e a solidão da impotência política. Pois, se a sua ingenuidade vai ao ponto de crer que os caminhos da liberalização parlamentar não se cruzam com os passos dos aparelhos de repressão política, se não refletem na sua atividade parlamentar a indignação popular com os atentados, como esperar que o povo vá lhes fornecer apoio contra os atos casuísticos da reforma eleitoral que se avizinha?

Exemplo espanhol

"A única coisa que nos separa do fascismo é Vossa Majestade" (Santiago Carrillo)

Após a morte de Franco, seu sucessor designado — o Rei Juan Carlos — confiou a seu homem de confiança Adolfo Suárez a tarefa de conduzir a transição para a democracia. Este, cumpriria brilhantemente esta tarefa, ajudando a que a coisa se fizesse sem nenhuma ruptura. Teve, é certo, de ir mais longe do que queria a classe dirigente espanhola, premido por grandes mobilizações, por greves que arrancaram a anistia, a legalidade de todos os partidos de esquerda.

Mas Suárez conseguiu evitar qualquer depuração, para nem falar da liquidação, do aparelho repressivo montado pelo franquismo. Para isto, contou com a colaboração dos dois grandes partidos operários reformistas, o PCE e o PSOE, que dizem que mobilizar os trabalhadores para conseguir o desmantelamento do aparelho repressivo franquista levaria a um banho de sangue. Segundo ainda o PCE e o PSOE, a maioria deste aparelho poderia ser "ganha pela democracia" e o resto, substituído pelos meios normais à disposição do governo. Estes partidos estenderam ainda a mão a Suárez firmando o "Pacto de la Moncloa", pelo qual renunciavam a grandes lutas reivindicatórias para garantir a "democracia".

Do ponto de vista dos partidos reformistas, pareceu durante um momento que tinham conseguido o que queriam. Logo sua política de desmobilização levou a desmoralização à classe operária, que viu frustradas suas esperanças de transforma-

ção. Mas porque deveriam se importar com isto?

No entanto, cada crise política fazia aparecer a chantagem dos generais franquistas, que ameaçavam dar um golpe se a oposição não se moderasse.

O putsch de 23 de fevereiro do coronel Tejero mostrou que a coisa era ainda mais grave: por pouco a Espanha não amanheceu governada por alguma "Junta militar de salvação nacional". Mas nem assim os reformistas se emendaram: não organizaram nenhuma manifestação, nenhuma mobilização popular. A não ser uma semana depois, uma gigantesca manifestação onde estiveram de braços dados com os representantes da direita e gritaram "Viva o Rei!".

Depois de toda a sua política de desmobilização, o PC e o PS descobriram que dependiam inteiramente do Rei Juan Carlos. Carrillo, secretário geral do PC, declarou alegremente ter dito ao rei que "a única coisa que nos separa do fascismo é Vossa Majestade!".

Um rei franquista só poderia dar mais força à direita. A 13 de março, o governo enviou um projeto de lei para reforçar a luta contra o terrorismo. Logo o Exército foi autorizado a intervir diretamente no País Basco (Euskadi), com o apoio do PSOE e do PC. Cresceram as prisões de nacionalistas. E as provocações e o assanhamento da direita continuaram, como ficou evidenciado com o recente atentado em Barcelona.

Manobra eleitoral

O vale-tudo dos casuismos eleitoreiros para fazer do PDS o maior partido do hemisfério — quiçá do mundo — não está por vir: já começou, e com que descaramento!

Olha só a última do Abi-Ackel: este ser. Ministro da Justiça agora anda falando que vai dar prioridade à reforma eleitoral em vez da devolução de prerrogativas do Poder Legislativo, agora considerada "tema importante, mas não imediato".

É evidente. Quando a devolução das prerrogativas estava na ordem do dia, nos primeiros meses do ano, constatou-se duas coisas perigosas para o governo: primeiro que o tema dividia internamente o próprio PDS e, segundo, que a unidade das Forças Armadas, tão cara ao Figueiredo, tem ainda (passados tantos anos, meu Deus!) esse ponto crítico.

Este quadro, acrescido do pro-

blema de que o povo está farto deles — o que torna imprevisível o resultado das eleições de 82, coloca para as autoridades reformeiras o seguinte problema: devolver as prerrogativas ao Legislativo sem antes saber se vão ter maioria lá dentro.

Assim, como seguro morreu de velho, bem faz Abi-Ackel em considerar secundário o tema das prerrogativas. Enquanto eles não se assegurarem de que terão ampla maioria ou de que as alianças

previstas com certos partidos de "oposição" vão mesmo funcionar, o melhor é não alterar coisa alguma no que se refere às imunidades parlamentares e ao controle do Congresso sobre os projetos de lei vindos do Executivo.

Manobras eleitoreiras

Por outro lado, enquanto a imprensa noticia e nos meios políticos o bate-boca é acirrado sobre o que poderá vir em maté-

ria de casuismos eleitoreiros, o governo vai fazendo a cama pra se deitar em 82. E nós, público em geral, via de regra, nem nos damos pela coisa. É o que aconteceu recentemente, depois da briga do Figueiredo com o governador do Pará, Alacid Nunes, que bandeou de mala e cuia pro PTB, sentindo-se desapadrinhado em suas pretensões eleitorais.

Pois bem. Aproveitando a brecha, Figueiredo baixou um decreto-lei criando os Prefeitos

"pro tempore" e em cerca de dois meses, já nomeou 4. O negócio (sujo, é claro!) funciona assim: nos municípios considerados área de segurança nacional, os prefeitos são nomeados pelo governador, com prévia aprovação do Presidente.

Acontece que a Constituição não previa que o Presidente pudesse vir a brigar com o governador depois da nomeação e o tal prefeito também cair em desgraça. Então, Figueiredo inventou esse decreto lei aí, para tirar os prefeitos que perdem a confiança do presidente.

Divididos eleitoreiros certamente virão com essa manobra nas futuras eleições, nas quais o controle das administrações municipais pode ser chave.

Terror impune



Rio Centro Agora, a versão oficial

As evidências, reveladas pelo trabalho da imprensa, de que os dois militares que estavam no Puma explodido iriam praticar um ato terrorista estão sendo sufocadas no Inquérito Policial Militar.

Rezam as normas básicas do direito universal que um indivíduo ou uma instituição que, de uma forma ou de outra, se encontram sob suspeição não são os mais adequados para investigar e formar pareceres decisivos para futuro julgamento. No entanto o I Exército, passando por cima da própria lei do regime — que atribui à Polícia Federal a competência para investigação nos crimes que ameçam a segurança nacional — se investiu dos poderes de apuração do episódio do Rio Centro que envolve diretamente militares, funcionários seus em serviço.

Em um segundo momento, o coronel Luís Antônio, nomeado para presidir o Inquérito Policial Militar foi substituído, "em virtude de problemas de saúde que serão apurados", como diz a nota oficial do I Exército. Em seu lugar, é nomeado o coronel Job Lorena de Sant'Anna, o mesmo que, quando no posto de relações públicas do I Exército, divulgou a nota oficial algumas horas após a explosão do Rio Centro classificando-a de "atentado ignóbil"; o mesmo ainda que pressionou a Rede Globo para desmentir o vide-tape que comprovava a existência de mais duas bombas não detonadas no interior do Puma.

O procurador Gilson Ribeiro Gonçalves, indicado para acompanhar o IPM e já conhecido pela sua atuação como promotor na 4ª Circunscrição Militar de Juiz de Fora, quando condenou a pesadas penas militantes políticos, parece compartilhar a opinião do Coronel Job. Ele já afirmou que "tudo indica que os militares que estavam no Puma eram vítimas", quando ocorre justamente o contrário.

Enfim, temos já em menos de um mês: um sargento suspeito enterrado com honrarias militares, evidências de bombas negadas, notas oficiais que se apressam em fazer julgamentos, um presidente do IPM substituído, um novo presidente e um procurador de convicções já formadas. Haverá alguém ainda a acreditar que a verdade estará representada nos resultados do IPM do Rio Centro?

A verdade não será reconhecida, mas alguma coisa tem de ser dita, inevitavelmente. Pode-se prolongar o IPM, mas ele terá que responder a uma pergunta óbvia: foi atentado ou um "acidente de trabalho"? O silêncio, a opção pela prorrogação interminável das investigações não satisfaz quando se tem a mão uma testemunha viva, que pode com um aceno da cabeça responder a questão.

Restam as versões a emoldurar a resposta óbvia do capitão que sobreviveu à explosão. Certamente não será uma versão burra e inacreditável como a do General Coelho Neto, que descobriu o comando terrorista de uma organização subversiva internacional em Barbacena, no interior de Minas. A versão, desta vez, será paciente e profissionalmente montada, seus ingredientes combinados até formarem uma aparência saudável, e será servida em cálice distinto, acompanhada de laudos técnicos e perícias minuciosas. Mas nada, nada mesmo, conseguirá evitar que dela saia o cheiro pestilento de todos os crimes que o terror já cometeu, que acompanham também a carreira do DOI-CODI.

Os militares e a verdade

Durante o período mais negro da repressão a aplicação da doutrina da Segurança Nacional atingiu seu ponto mais alto. O ataque às organizações de esquerda era encarado como parte da guerra psicológica necessária para garantir a "segurança". Foi nesse momento que, para impedir que o povo descobrisse como agia a repressão, a mentira e a farsa se tornaram constantes.

Mais uma versão desfeita

As 15 horas do dia 30 de novembro de 1973, na altura do nº 836 da Avenida de Pinedo, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, os militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana foram mortos a tiros pelos órgãos de segurança, quando resistiram à ordem de prisão. Sônia, segundo o laudo médico, morreu em consequência de dois tiros na cabeça.

Esta a versão do II Exército, não a verdade. Entre a versão e a verdade nada menos do que oito anos e muito trabalho de investigação se passaram. Na exumação dos restos mortais de Sônia, realizada no dia 16 último no cemitério de Perus, pôde-se constatar que seu crânio estava perfeito, sem nenhum orifício. Pelo que se pôde reconstituir, Sônia foi presa em Santos pelos agentes do DOI-CODI, barbaramente torturada no Rio e em São Paulo, vindo a falecer.

Sônia, como tantos outros militantes de esquerda assassinados pela tortura, foi enterrada como indigente no cemitério de Perus utilizando-se o codinome, Esmeralda Siqueira Aguiar.

Dois óbitos para uma mesma pessoa

Os órgãos de segurança sabiam do verdadeiro nome de Esmeralda. No relatório da suposta "queda" dos dois militantes, assinado

pelo então delegado de Polícia Adjunto (hoje no DEOPS paulista) Edsel Magnotti está escrito: "O conhecido terrorista Antonio Carlos Bicalho Lana, indiciado em vários inquéritos por assalto a mão armada, elementos do GTA da ALN, também morreu quando resistiu à prisão, estando em sua companhia Sonia Maria Lopes de Moraes, contacto de Maria da Conceição Sarmento Coelho da Paz, e que usava o nome falso de "Esmeralda Siqueira Aguiar".

A dupla identidade da militante, reveladamente, também aparece nos laudos médicos. No laudo e Exame do Corpo de Delito do Instituto Médico-Legal, assinado por Harry Shibata e Antônio Valetini, aparece o nome de Sônia. Entretanto no Cartório de Registro Civil, a declaração da morte da militante se refere ao nome de Esmeralda Siqueira Aguiar e, é acompanhado por outro atestado de óbito, também assinado por Harry Shibata.

Foi essa discrepância, aliás, que permitiu aos pais de Sônia localizarem o local onde havia sido enterrada. Ao pedir ao então Comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, uma cópia do atestado de óbito de Sônia, receberam como resposta a indicação do cartório onde constava o codinome de sua filha, com o qual ela havia sido enterrada no cemitério de Perus.

Os pais de Sônia vão entrar com uma ação na Justiça responsabilizando a União pela sua morte.



Sônia Maria, sua luta continua



Dois laudos médicos para a mesma pessoa

O detalhe é o mais importante

“ No dia 28 de outubro, sob a observação das equipes de segurança, foi propiciado o referido encontro. Cerca das 19:30, na avenida Caxangá, esquina com a rua General Polidoro, um elemento de cor branca, cabelos loiros e compleição forte, aproximou-se do local onde se encontravam os dois subversivos. Presentindo alguma irregularidade e a movimentação dos agentes de segurança, abriu fogo contra seus presumíveis companheiros acusando-os, aos gritos, de traidores, ocasião em que se iniciou o tiroteio.

Aparentemente ferido, o criminoso evadiu-se, deixando morto no local o subversivo Gildo e gravemente ferido Mata Machado, que morreu, quando era transportado para o hospital". Assim, os órgãos

de segurança veicularam a versão da morte de Gildo Macedo de Lacerda e José Carlos de Novaes da Mata Machado, ex-militantes da APML, na verdade assassinados através de tortura.

Na versão, o detalhe era o mais importante para dar uma aparência de verdade à estória. Assim como eram também importantes os laudos médicos fornecidos por médicos corrompidos, testemunhos forjados. Para os órgãos de segurança envolvidos na guerra psicológica — parte da guerra movida contra a subversão — o importante era esconder da opinião pública a prática da tortura e passar a imagem que as mortes, quando ocorriam, ou eram praticados pelo Exército em legítima defesa ou pelos terroristas. E foram dezenas e dezenas de casos de militantes desaparecidos nos porões da tortura.

A vitória das filiações

De norte a sul do país, em centenas de cidades, petistas de todo o Brasil cumprem as exigências da lei, e se preparam agora para as convenções municipais do partido na reta final da legalização.

Tá: o PT já está com sua legalização garantida. Segundo informações obtidas no começo da semana junto à Secretaria Nacional de Organização, em Brasília, o partido já contava com sete estados completamente prontos (em cartório) para a realização das convenções municipais no próximo dia 21: Amazonas, Acre, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Além destes, já prontos, era certo que até o final desta semana mais quatro outros estados cumpriram as providên-

cias de filiação necessárias à realização das convenções na mesma data, dia 21: Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e Alagoas, elevando assim, o total de estados prontos em cartório até o final desta semana a 11, dois, portanto, a mais dos nove minimamente exigidos por lei.

Mas isto não é tudo; a vitória é bem maior. Pois o prazo final para o cumprimento das filiações vai até o dia 9 de junho (data limite para a entrega das fichas ao cartório) e, nestes termos, a Secretaria de Organização garantia ainda que ao longo da próxima semana, cerca de seis outros

estados completariam seus trabalhos de filiação elevando o total para 17.

Restariam ainda alguns estados, entre outros Minas e Bahia, que já haviam optado por realizar as convenções municipais em duas etapas, contando assim com a possibilidade legal de cumprir parte das exigências, através de convenções extraordinárias depois do dia 21 de junho, mas ainda em tempo hábil para a realização das convenções estaduais na data única nacional de 16 de agosto. Minas por exemplo, o estado com maior número de municípios do país, realizará 112 conven-

ções municipais ordinárias agora no dia 21 e 70 outras mais, extraordinárias, no dia 12 de julho.

Com base nestes dados, a expectativa da Secretaria de Organização é de que somente dois estados ficarão de fora das convenções regionais do dia 16 de agosto: Sergipe e Mato Grosso do Sul.

A batalha portanto está ganha, nacionalmente. Agora é garantir o final das filiações, organizar e preparar a fundo, politicamente, as Pré-Convenções e zelar pelas exigências jurídico-burocráticas das convenções.

Rio

Partido realiza encontro sindical

O PT RJ deu seguramente um passo à frente na construção como partido mesmo ao tomar a iniciativa de realizar o seu 1º Encontro de Militantes Sindicais. Embora a preparação nos núcleos — com exceção de alguns como o de Saúde — tenha sido fraca, sem a distribuição prévia das teses preparadas, o Encontro se justificou principalmente pelo fato em si: a reunião de militantes do partido que atuam em sindicatos com o objetivo de iniciar o debate sobre a linha sindical e os instrumentos partidários de intervenção (a secretaria sindical).

Do temário proposto pela CDRP constava: 1) balanço do movimento sindical brasileiro e fluminense; 2) CONCLAT e CUT; 3) Unidade de pensamento e ação na questão sindical.

Com pouca participação de

militantes operários, a maioria sendo de assalariados médios, os méritos do Encontro, infelizmente, não foram tão longe quanto se esperava.

Logo de início a plenária enfrentou uma questão importante: a greve da FIAT. O temário proposto — feito antes do início da greve — não contemplava esta questão. E por isso durante quase duas horas debateu-se sobre a pauta, o que seria discutido primeiro: a FIAT ou o temário?

De um lado estavam os militantes que tuam na FIAT insistindo na prioridade da questão, vendo-a como primeiro teste para o partido e apontando a necessidade de uma posição coerente e unitária de apoio à greve e à independência do movimento. Este último aliás era um ponto chave — poucos dias antes o PT (através de seu representante

junto às entidades sindicais e ao comando de greve que discutiam as formas de apoio) oscilava entre a tendência "unidade sindical" e o próprio comando, a propósito de quem deveria coordenar o fundo de apoio.

Do outro lado estavam os que defendiam o cumprimento formal da pauta, argumentando que isso daria mais profundidade à discussão da FIAT. Venceram estes últimos (70 x 62) motivando o justo protesto dos operários da FIAT presentes que ameaçaram inclusive retirar-se do Encontro.

Este debate refletiu entendimentos diversos sobre o Encontro. Havia dentre os que eram contra priorizar a questão da FIAT alguns que mais ingenuamente pensavam no aspecto formal (primeiro a linha geral, depois o específico, a FIAT) e os que apostando na maioria numérica viam o Encontro como mero referendo de suas posições.

Ficou patente também a omissão da CDRP, sua incapacidade em orientar o partido em um momento chave...

Este primeiro embate marcou o restante do Encontro, sendo

que o debate sobre o apoio à greve centralizou as atenções. E isto que deveria ocorrer naturalmente acabou por se realizar de forma algo traumática.

Afinal entre as medidas decididas estão: 1) apoio irrestrito à greve com mobilização de todos os núcleos; 2) reconhecimento do comando de greve como coordenador do fundo de apoio; 3) convocação do ato público.

Aprovou-se também a realização de um encontro dos militantes petistas delegados ao ENCLAT/RJ para discutir as propostas do PT.

Mulheres petistas formam coordenação

Com a presença de 70 mulheres de 18 núcleos da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói realizou-se no dia 17 de maio o I Encontro das Mulheres do Partido dos Trabalhadores do Rio.

Com a presença de Inês da direção regional, que abriu a reunião apresentando uma auto-crítica da direção como um todo por ter subestimado a importância do evento, o I Encontro durou o dia todo num clima de grande informalidade, a ponto de surpreender favoravelmente algumas convidadas não integrantes do partido.

Da pauta do Encontro constavam três itens: quais as principais dificuldades que sentimos em casa, no trabalho etc; qual deve ser a relação do PT com o movimento de mulheres; como fazer para que o debate sobre a questão da mulher e a luta pela sua libertação estejam sendo tratados permanentemente dentro do PT.

Do I Encontro foi tirada uma comissão provisória sobre a questão da mulher, subordinada à Executiva regional, contando desde já com 15 pessoas responsáveis por suas tarefas e aberta a quem quiser dela participar. O objetivo central da comissão é levar e assessorar as discussões internas do partido em todos os seus níveis — dos núcleos à direção. Como tarefas já definidas pelo I Encontro para a comissão ficaram de preparar um material de filiação e nucleação dirigido a mulheres, aprofundar a discussão sobre o interesse ou não do partido em constituir um departamento feminino e também preparar um encontro mais amplo e representativo de militantes do PT sobre a questão da mulher até o final do ano.

Caberá também a Comissão formada coordenar a participação das militantes do PT em acontecimentos de mulheres no próximo período.

Lula agita interior gaúcho

Oroteiro político cumprido por Lula no interior do Rio Grande do Sul, nos dias 12, 13 e 14 de maio assustou os partidos oposicionistas gaúchos. Os grandes partidos oposicionistas já organizados no Estado não se cansam de repetir no interior que o PT é inviável e que a saída é fortalecer os partidos já prontos e com representação parlamentar.

Lula, nos três dias, cumpriu verdadeira maratona. Começou pelo extremo sul do Estado, passou pela região Central e Missões, concluindo o roteiro na fronteira argentina, em São Borja.

Em Pelotas, segunda cidade do Estado e com uma tradição oposicionista forte, o PT mostrou que já garantiu seu espaço no Rio Grande. O comício da noite do dia 12, realizado na tradicional praça Pedro Osório, reuniu três mil pessoas para ouvirem Lula e os demais dirigentes partidários que acompanhavam o presidente do partido. Foi o maior comício realizado na cidade desde que começou a chamada distensão.

Depois de passar por Santa Maria e Cruz Alta, Lula participou de novas concentrações públicas em Ijuí, cidade missioneira, capital da soja. À noite, o comício realizado no Auditório da praça da República, reuniu duas mil pessoas. Lá estavam também representantes de Erechim, Palmeira das Missões, Horizontina, Cruz Alta e Tenente Portela, cidades vizinhas que enviaram representantes para participarem do comício.

Após passar por outras cidades da região, o roteiro de Lula terminou em São Borja, berço do trabalhismo getulista, onde, para desgosto de outros setores oposicionistas, o PT tem um de seus maiores núcleos do interior. Em São Borja, um fato significativo marcou o debate com a imprensa e os vereadores oposicionistas da cidade. Após vários discursos inflamados de boas vindas e da necessidade de manter a unidade oposicionistas da cidade. Após vários discursos inflamados de boas vindas e da necessidade de manter a unidade oposicionista frente ao regime, por parte de vários vereadores da

cidade, uma curiosa discussão mostrou os limites da unidade possível das oposições. Bastou Lula tocar na questão da terra e falar na necessidade de reforma profunda na propriedade da terra, para que um vereador e latifundiário de outro partido oposicionista se levantasse, aos brados, afirmando que isso é assunto que não deve ser tratado...

O comício na cidade foi outro sucesso. O cinema foi pequeno para todo o público que queria ouvir os líderes petistas.

Olívio Dutra, Clóvis Ilgenfritz e os vereadores Antonio Candido e Flávio Bettanin acompanharam Lula no roteiro pelo interior do Rio Grande e que deixou muitos parlamentares intrigados. Como um partido sem dinheiro, sem máquina partidária e sem apoio da grande imprensa, que só trata o PT com muita economia de espaço, pode realizar comícios no interior bem maiores do que os últimos realizados com figuras de expressão nacional como Arraes e Ulisses Guimarães ou o próprio Brizola em suas últimas aparições públicas no Sul?

As Convenções e as Pré-convenções

Dicas da democracia interna

Já na reta final da legalização, petistas de todo o Brasil se preparam agora para a realização das convenções que por força de lei, têm que se dar todas — exceto se extraordinárias (1) — num mesmo dia a nível nacional: dia 21 de junho as municipais; dia 16 de agosto as estaduais e dia 6 de setembro a nacional.

Como é sabido, a Lei Orgânica dos Partidos define regras extremamente desmobilizadoras, burocráticas e autoritárias para o funcionamento dos partidos. E a linha do PT tem sido a de combinar, desde a sua origem, o atendimento às exigências legais para a obtenção do registro com a prática de regras próprias, democráticas, na sua vida interna.

Este problema se coloca agora muito concretamente com as convenções e sobre isso o PT, a nível de suas direções, já definiu regras democráticas.

Atenção! Todos a postos! Foi dada a largada para a legalização das convenções do PT a partir do próximo mês. Estude a fundo tanto as regras da Lei como as da democracia interna do partido. Do contrário, você corre o risco, ou de não legalizar seu diretório, ou de se tornar (ou ser vítima) um grande burocrata.

Por Flávio Andrade

somente 10% dos que vão votar têm que conhecer previamente a chapa; a maioria pode simplesmente se defrontar na hora com a(s) chapa(s) a escolher.

Para contornar esta limitação a direção do PT está recomendando que todas as Comissões Diretoras Municipais Provisórias organizem Pré-Convenções em suas bases, com mais de 10 dias de antecedência da data de 21 de junho, para que aí se possa discutir politicamente os temas gerais e municipais do partido e a formação de uma chapa. Estas deliberações seriam posteriormente ratificadas e assumidas pela convenção legal e pelo diretório então eleito.

É claro que trata-se de um acordo político, sem garantias legais, o que irá requerer uma profunda discussão política entre os filiados para que ele de fato seja efetivo e não deixe espaço para recursos golpistas com base na Lei Orgânica.

Esta imposição da lei é inteiramente absurda e distorce completamente a representatividade do partido a nível estadual. Por isso a direção do PT recomendou às Comissões Diretoras Regionais Provisórias a realização de Pré-Convenções estaduais, à luz de critérios de representação democráticos, para a discussão política e formação de uma chapa.

No caso de São Paulo — assim como em vários outros estados — a direção estadual fixou já os procedimentos que regerão tal encontro: 1.º no dia 5 de julho todos os diretórios municipais deverão promover plenárias de filiados para debater os temas Programa e Lutas do Partido, eleições de 1982, Regimento Interno e Critérios para formação de chapa do diretório estadual. 2.º nesta mesma reunião os filiados elegerão com base na proporção de 1/63 filiados os seus representantes à Pré-Convenção estadual — observada a presença mínima de 10% dos filiados na reunião. 3.º nos dias 11 e 12 de julho terá então lugar a Pré-Convenção estadual, livre de todos os obstáculos legais, onde os temas anteriormente referidos serão debatidos e votados e escolhida uma chapa para o diretório estadual. 4.º igualmente estas deliberações da Pré-Convenção, embora não tenham força de lei, serão ratificadas e assumidas pela convenção legal e pelo diretório eleito por ela.

Estas Pré-Convenções estaduais deverão ser realizadas em torno do dia 12 de julho dada a antecedência requerida pela lei para o registro das chapas que concorrerão ao diretório estadual.



Estas convenções municipais do dia 21 de junho aprovarão o Manifesto, Programa e estatuto do PT e elegerão o diretório bem como o delegado à convenção estadual (2). E sua estrutura de funcionamento é extremamente burocrática. Por exemplo, a convenção abre às 9hs da manhã e fecha às 17hs, e o que há, por força de lei, é na verdade um dia de votações e não uma CONVENÇÃO política.

Ou seja, os filiados — todos os filiados entregues ao juiz até o dia 9 de junho podem participar destas convenções — comparecem dentro do horário referido ao local da convenção, assinam um livro de presença, e assinalam em uma cédula se concordam ou não com o Manifesto, Programa e Estatuto, e numa outra cédula a chapa para o diretório. Mas não há nenhuma discussão política sobre nada, e mais, as chapas que queiram concorrer já devem estar inscritas com 10 dias de antecedência, subscritas com o apoio de 10% dos filiados do diretório. Ou seja, a rigor, tão



Em seguida, dia 16 de agosto, virão as convenções estaduais também com a função de aprovar o Manifesto, Programa e Estatuto e eleger o diretório estadual e os delegados à convenção nacional. Aqui, no entanto a burocracia e anti-democracia da lei é muito maior, escandalosa mesmo. Na fase atual de organização do partido, compõem a convenção estadual 1 (um) delegado por cada município onde o partido tiver realizado a convenção municipal, independentemente portanto do peso político do município, ou de seu número de filiados (no futuro, segundo a lei, será 1 (um) delegado para cada 2.500 votos que a legenda do partido naquele município tiver obtido nas últimas eleições para deputado federal).



Na mesma linha anti-democrática a lei prevê atribuições

análogas para a convenção nacional e os seus componentes são fixados na base de, no mínimo 2 (dois) para cada estado onde tenha havido convenção estadual e, a partir daí, o dobro da representação parlamentar federal do estado. Um critério não somente distorcionista como parlamentarista. É claro que é inaceitável para o PT um procedimento como este. Assim a direção nacional já anunciou que breve regulamentará a realização da Pré-Convenção nacional de modo análogo às municipais e estaduais. Numa reunião prevista para ainda esta semana era esperado o anúncio das regras para esta Pré-Convenção.



Por estes procedimentos o PT vem assim procurando ao mesmo tempo cumprir as exigências legais necessárias ao seu registro e manter e ampliar sua tradição de partido nascido de baixo para



pelos encontros estaduais em abril de 1980 (Minas e RG Sul)...

cima, democrático. Ao contrário dos demais partidos, onde as convenções são um mero ritual nas quais cada cacique local decide previamente tudo que os filiados irão votar, e assim sucessivamente nas instâncias superiores, no PT as Pré-Convenções serão um palco vivo de debates e resoluções políticas que irão dar força à trajetória futura do partido.

No entanto, e isto é importante, todas estas normas que agora estão regendo as Pré-Convenções, e muitas outras mais, deverão ainda ser integradas num Regimento Interno que irá regular o funcionamento democrático do partido daqui para frente. Um dos pontos de discussão agora e que será aprovado na Convenção Nacional é justamente o Regimento Interno do PT. Algumas propostas de Regimento já estão começando a circular a partir de direções municipais, estaduais e mesmo a direção nacional está já examinando uma proposta elaborada pela comissão de advogados eleita no Encontro Nacional do ano passado.

(1) As convenções extraordinárias são previstas em lei e, no caso do PT, alguns estados realizarão depois do dia 21 de junho parte de suas convenções municipais, cumprindo assim as exigências da lei em duas etapas.

(2) O mandato destes primeiros diretórios que agora serão eleitos é de 1 (um) ano. Mas posteriormente, a partir daí, os futuros diretórios terão mandato de 2 (dois) anos.



e culminando no Encontro Nacional de junho do ano passado.

A composição dos diretórios municipais

A direção nacional do PT baixou a seguinte recomendação (1) para as direções estaduais (a quem cabe esta definição) no que diz respeito ao número de membros dos diretórios municipais que serão eleitos agora.

Nº de eleitores no município	Nº de membros do diretório (2)
Até 50 mil	9
De 50 a 100 mil	15
De 100 a 200 mil	21
De 200 a 500 mil	30
Mais de 500 mil	45

(1) Na medida em que se trata de simples recomendação as direções estaduais podem ter alterado a definição. Confira o seu caso.

(2) O número de suplentes é sempre de 1/3 dos efetivos.

Ricardo Malta (44)



Uma tradição de democracia de base desde o Encontro de São Bernardo em outubro de 1979...



passando pelo Encontro do Sion que aprovou o Manifesto em fevereiro de 1980...

Ernio Brandes Filho

Osmarzinho, de São Bernardo, pula fora do PT

Ascensão e queda do frente populismo no partido

Por Flávio Andrade

Esta história do Osmar é como aquela da raposa e das uvas: ele tentou pegar, mas não conseguiu; e por isso agora sai dizendo que o partido é divisionista, não cumpriu o que se propunha, frustrou os trabalhadores etc. É uma história antiga e que sempre se repete.

Nestes termos, Lula comentava ao EM TEMPO o desligamento, há duas semanas, de Osmar Mendonça — o Osmarzinho — do Partido dos Trabalhadores, onde ocupava cargos nas direções estadual paulista e na direção nacional.

O fato já era esperado há tempos, e neste sentido teve pouca repercussão tanto dentro como fora do partido. Osmar tinha posições políticas como as do paraibano Vanderli Farias — que também se desligou recentemente do partido (ver ET nº 125) — assinara conjuntamente com outros militantes um documento em defesa de uma versão “frente ampla” da bandeira da Constituinte (ver ET nº 123), e há muito estava marginal e ausente da base e da direção do partido.

A pouca repercussão se deveu também a que a carta desligamento de Osmar, diferentemente da de Vandeli, não investe com fúria sectária contra o PT e nem anuncia seu ingresso em outro partido, portanto prestando-se pouco à exploração que dela poderia fazer a grande imprensa contra o PT. Mas dada a importância que Osmarzinho chegou a assumir dentro do PT o fato não pode passar sem uma análise mais detida de seu significado e das lições que daí cabe retirar.

A metáfora da raposa e das uvas aponta o problema mas não o explica. Pois, como afirmou o próprio Osmar ao EM TEMPO, “o que me levou a sair do PT é que a prática do partido não vem sendo no sentido dele se transformar num instrumento de ação política dos trabalhadores no cenário nacional. O PT tem se recusado a compor com as demais forças oposicionistas no sentido de formar uma grande frente ampla, popular, contra a ditadura, preferindo se pautar pela unidade em cima de questões ditas concretas, como se a ditadura hoje não fosse uma questão concretíssima.”

A coisa ficou clara: para Osmar o PT não deve ser um partido, nem muito menos dos trabalhadores. Deve, isto sim, ser uma frente; e mais, em primeiro lugar ampla, e tão somente em segundo popular. O que, é óbvio, é uma idéia completamente oposta à proposta inicial do PT, ao seu programa e à sua prática ao longo de sua trajetória até hoje.

Osmar situa-se assim entre aqueles que viram no PT não a possibilidade histórica de construção de um partido dos trabalhadores no Brasil, mas sim o sonho de, a partir do prestígio da direção sindical autêntica, constituir uma força própria, tática e conjuntural, para a barganha política junto aos partidos bur-



gueses com vistas a constituição de uma frente ampla contra a ditadura. Claro que para isso o PT não precisava se transformar num partido, nem muito menos dos trabalhadores. Pelo contrário, isto até atrapalharia, pela “rigidez” orgânica e programática que daí adviria para as jogadas necessárias à constituição de uma tal frente.

A esta questão mais geral Osmar agrega duas outras para sua saída: o PT tem se recusado a assumir sua (Osmar) proposta de “Constituinte de todo o povo” — versão liberal, no máximo populista, de como a bandeira da

Portanto tanto no plano mais geral da concepção do partido, como na sua tática e na sua linha sindical, as posições que Osmar claramente agora explicita e pratica são, poderia-se dizer, o próprio anti-PT.

O que fica pouco claro é como que alguém com tais concepções anti-petistas chegou a assumir um papel tão relevante dentro do partido. No começo do ano passado por época do Encontro Nacional do PT o papel de Osmarzinho não foi nada desprezível: capitaneou o combate às posições classistas dentro do partido — aquelas que defendiam com todas as letras um PT partido mesmo e da classe trabalhadora — influenciou significativamente os sindicalistas autênticos na formação de chapas para a direção do PT em São Paulo e nacional, conquistou ele próprio seu lugar nestas duas direções e durante um período acumulou também o cargo de secretário do núcleo do PT em São Bernardo etc. Enfim, aproveitando da imprecisão das indefinições iniciais do PT, da confusão e pouca experiência política em particular de algumas lideranças de peso, e da vacilação e oportunismo de vários setores da esquerda dentro do partido, e combinando com isso tudo uma grande audácia, Osmarzinho foi uma das figuras centrais deste período de consolidação do partido.

Um documento seu, lançado pouco antes do Encontro Nacional, intitulado “Matar a cobra e mostrar o pau” (ver ET nº 103) trazia embutida a linha que hoje Osmar explicita: “Não podemos afirmar hoje o PT como um partido de classe como querem algumas correntes que estão no partido, pois isso terá como consequência impedir que ele realize o que é a sua grande potencialidade: trazer as massas para a ação política... Queremos definir hoje o PT como já sendo um partido classista é querer enfiar (nele, o PT) uma camisa de força doutrinária”.

A coisa não era de todo clara. Nem podia ser, pois a força da idéia inicial e claramente classista do PT era tanta que não havia espaço para que Osmar dissesse as coisas com todas as letras como veio a fazer agora. Assim a jogada consistia em identificar ao classismo tudo que havia de equivocado; classismo seria sinô-

“Matar a cobra e mostrar o pau”: o frente populismo travestido de combate ao sectarismo

nimo de vanguardismo ao contrário de política de massas, de anti-parlamentarismo ao contrário de uma ação parlamentar combativa e orgânica, de propagandismo estratégico ao contrário de política concreta para hoje etc. Com esta manobra tentava-se isolar as posições classistas — que nunca defenderam estes equívocos que Osmar lhes atribuiu distorcendo e caricaturando suas posições reais — e deixar um vazio de definições que seria posteriormente preenchido, passo a passo, de maneira pouco perceptível e fora do controle das bases num congresso, pelas definições frentistas que ainda não podiam aparecer claramente.

E muitos caíram neste jogo, surgindo Osmar a partir daí com a corrente auto-intitulada “PT prá valer” que no Encontro paulista, por exemplo, impôs vetos a lideranças como Paulo Skromov e José Ibrahim e tudo o que representavam dentro do partido na formação da chapa para a direção. Em nome do combate ao “trotskismo e ao social democratism”, apontados como ex-

poentes do classismo, despoliticou-se o debate necessário para o esclarecimento de posições e realizou-se um golpe anti-democrático já no nascimento do partido. No Encontro Nacional, logo em seguida, com nuances, a mesma jogada repetiu-se embora com menor sucesso, dada a força da idéia inicial do PT e à pressão das bases.

A idéia inicial do PT se mostrou mais forte do que as manobras audaciosas nos encontros do ano passado

Tudo parecia correr então às mil maravilhas para os frente populistas. Mas a realidade da luta de classes no país falou mais forte. Desde então, ao longo do quase um ano transcorrido, o PT passou por enfrentamentos na conjuntura política do país que, com uma força incrível, insistiam na pertinência, justeza e necessidade de suas concepções iniciais. Ao mesmo tempo suas direções mais significativas, os sindicalistas autênticos à frente, mostravam extrema sensibilidade para captar estas exigências e traduzí-las para dentro do partido.

Neste quadro o que se assistiu foi à desagregação e declínio daquela corrente expressa por então na figura de Osmarzinho. Pouco a pouco foram lhe fechando os espaços dentro do PT, da base de São Bernardo, passando pela direção estadual paulista e chegando à direção nacional, o que culminou agora na questão eleitoral em São Bernardo — onde as bases petistas há muito vinham pedindo a expulsão de Osmar do PT — e no desligamento do partido depois que vários de seus parceiros vinham já abandonando o PT nos últimos meses.

O que fica de lição daqui para frente? Antes de mais nada devemos agora aproveitar os momentos das convenções para um debate político profundo que clareie todas as posições em cena e permita sairmos daqui para frente com certeza do que a maioria quer que seja o PT, e com as minorias bem explicitadas democraticamente. E em segundo lugar, à luz desta clarificação política, e tão somente dela, construímos direções realmente representativas destas maiorias políticas mas, ao mesmo tempo, dando um espaço relativo para que as minorias se solidarizem, executem e acompanhem o trabalho da maioria ao longo de sua gestão. Pois o método das exclusões na formação de direções, se em princípio já é errado, na prática deste ano mostrou-se um total desastre.

Falência é um bom negócio

Nos últimos dez anos o governo já gastou 200 bilhões de cruzeiros intervindo em empresas financeiras para salvar o mercado investidor. Com isso acabou criando uma verdadeira indústria das falências.

Por Roberto Grun

Para explicar o espírito do governo ao realizar as intervenções no mercado financeiro, nada melhor do que a parábola hindú: "O camponês arruinado foi se queixar para o sacerdote que vivia mal e que precisava melhorar a vida. O sacerdote dá-lhe a solução: ponha a sua cabra para morar dentro de casa. Depois de um mês, volta o camponês e diz para o sacerdote. — Depois que eu fiz o que o senhor mandou, a minha vida piorou muito, a cabra dentro de casa come toda comida e ainda faz sujeira. E aí o sacerdote tinha a solução pronta: Pode tirar a cabra de casa que sua vida vai melhorar".

Está aí a essência da coisa. O governo intervém nas instituições financeiras para "salvar o sistema financeiro de um processo de falências em cadeia", o que é verdade, mas apenas parte dela. Ao socorrer os bancos, financeiras e corretoras, nos últimos dez anos, com um total corrigido estimado em 200 bilhões de cruzeiros (para se ter uma idéia do que representa essa cifra, o subsídio do trigo no ano passado foi de 123 bilhões de cruzeiros), sem instituir legislação que penalize verdadeiramente os donos dessas empresas, ele apenas reforça a idéia de que a inter-

venção chega a ser um bom negócio para eles.

Vejam porque: cabe ao Banco Central, órgão do Ministério da Fazenda, fiscalizar as instituições financeiras do país, e zelar para que elas mantenham a sua atuação dentro de normas que não acarretem riscos para a sua continuidade e que portanto assegure para o público investidor que o dinheiro aplicado nas instituições financeiras do país está seguro contra a falência de seus donos.

Quando o Banco Central intervém, ele está mantendo essa situação, mas da maneira mais errada possível. Ele garante o público pagando os seus créditos junto às empresas falidas, evitando uma desconfiança generalizada em relação ao sistema financeiro como um todo, evitando também a bola de neve de falências que ocorreria no caso de as instituições insolventes não saldarem os seus débitos, principalmente nas operações recíprocas com outros bancos ou financeiras.

Mas, ao não exercer uma fiscalização eficiente que evite que as instituições cheguem à insolvência, e ao "deixar barato" o dinheiro que emprega nessas operações, ele cria também a indústria das falências, aliás bastante rentável, se atentarmos para o fato de que o dinheiro empregue no

socorro entra como empréstimo a juros pré-fixados de 18% ao ano. Por exemplo, para uma intervenção ocorrida no começo de 1980, a inflação acumulada já estaria em 150%, enquanto que a dívida dos donos da instituição sob intervenção teria crescido apenas 28%.

Como se pode ver, é um bom negócio entrar em intervenção. Se a instituição retira o dinheiro que ela recebe das aplicações do público e investe no mercado imobiliário, ela pode entrar em estado de insolvência, já que pode não contar com fundos para saldar os seus compromissos numa determinada data. Na pior das hipóteses, o Banco Central intervém, aplica o dinheiro da nação "para salvar o mercado financeiro", vende os imóveis da empresa, que decorridos todos os prazos normais de intervenção chegam a valer muitas vezes mais do que o saldo corrigido da ajuda feita pelo Banco Central, os antigos proprietários recebem a diferença, e no final das contas só quem sofre é o povo brasileiro, que é ainda obrigado a escutar que o governo não tem dinheiro para hospitais, escolas e creches.

Os ricos ficam cada vez mais ricos, pouco importando se falidos ou não, e na mesa do banquete não vai faltar champanha.

As mais famosas

A mais significativa das intervenções realizadas pelo Banco Central foi, sem dúvida, a do Banco Habes, em 1974. Se o "milagre econômico brasileiro" tinha morrido, foi com esse episódio que ele começou a fender, e o cheiro se alastrou por todo o Brasil. Falira um dos maiores bancos do Brasil. Nem toda a barragem de mentiras e sofismas do governo podia mais esconder o defunto.

Seguiu-se uma primeira onda de falências, que envolveu o Banco União Comercial, mas o caso mais volumoso foi o do grupo Independência-Decred (proprietário da Cadeia de lojas Duca), que já deve hoje, corrigidos, a bagatela de 31 bilhões de cruzeiros — quantidade de dinheiro suficiente para se construir uma cidade de dez mil habitantes. Vai pagar? Só um ingênuo acreditaria nisso.

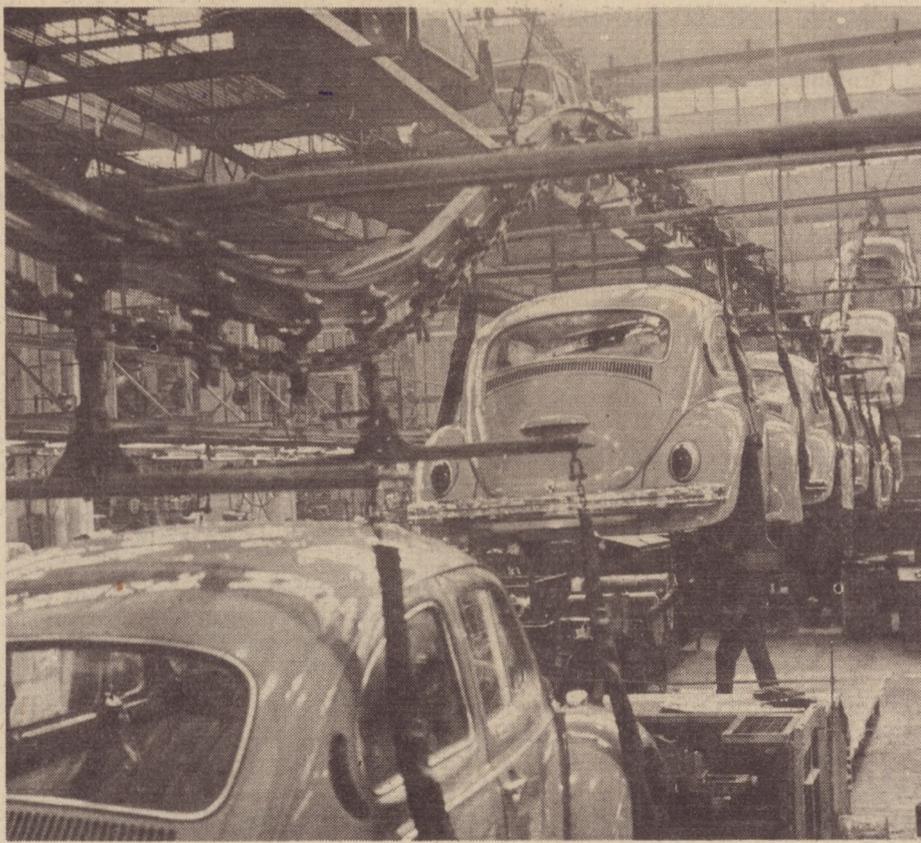
A atuação do Banco Central nas intervenções começou em 1966, durante a crise das "falências purificadoras", que forneceram o gás para o crescimento acelerado no período seguinte. O processo culminou com o ano de 1969, quando houve intervenção em 30 instituições. Esse número só foi ultrapassado em 1975, quando houveram 54. Nesse espaço, o processo correu devagar por causa das pressões do setor industrial da burguesia, que via o dinheiro que poderia subvencionar os seus projetos ir todo para o setor financeiro. Aparentemente, essas pressões chegaram a abalar o próprio equilíbrio no poder montado em 1969, com a Junta Militar que sucedeu Costa e Silva.

Volks: Derrotada pelos trabalhadores, premiada pelo governo

O mesmo governo que negou apoio aos operários demitidos pela Volks, concede novos incentivos à empresa depois que ela perdeu sua proposta de reduzir a jornada de trabalho e os salários.

Quando os operários de São Bernardo e a Volkswagen estavam medindo forças em torno à tentativa da empresa de impor uma redução da jornada de trabalho com correspondente redução dos salários, tudo indicando que o resultado seria desfavorável aos trabalhadores, o governo fez questão de afirmar que não interviria. Bastou a proposta da Volks ser derrotada no plebiscito que confirmou a posição defendida pela diretoria cassada do sindicato, para que as negociações em torno aos subsídios a serem concedidos à empresa fossem reiniciadas.

E ao que tudo indica com resultados favoráveis para a Volks. Não foi sem motivos, afinal que o presidente da Volks integrou a comitiva de Figueiredo em sua viagem à Alemanha, apesar das recentes escaramuças. Segundo noticiou o "Relatório Reservado", publicação que circula restritamente contando a trama dos basti-



dores oficiais, um novo acordo entre a Volks e o governo estaria praticamente já concluído.

Este acordo envolveria a concessão de novos incentivos para as atividades de exportação da Volks, que propõe, em troca, a expansão das vendas da empresa no Oriente Médio. A Volks exporta atualmente 100 milhões de dólares por ano em automóveis, partes e peças, e recebe através do programa de Benefícios a Projetos Especiais de Exportação (Befiex) uma isenção de pagamento de 26% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

A grande imprensa tem noticiado com muita ênfase os estoques de carros acumu-

lados pela empresa que enfrenta, ao lado da indústria automobilística, dificuldades de mercado. O que poderia justificar aos olhos de alguns a ajuda do governo, feita a uma empresa em dificuldade e que responde pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos.

Assim, nada melhor do que lembrar o que vem ganhando a multinacional alemã no Brasil. Desde 1968, a Volks vem obtendo uma taxa média de lucro de 15,5% superior à média da indústria de transformação no período.

Através do quadro ao lado, podemos ver o quanto ganhou a Volks em todos estes últimos anos em que esteve operando no Brasil.

O que ganhou a Volks

em milhões de cruzeiros correntes

	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
1968	399.1	46.1
1969	472.6	35.9
1970	683.1	129.0
1971	1.024.8	216.7
1972	1.512.6	315.0
1973	2.060.6	365.4
1974	2.105.3	270.6
1975	2.697.7	258.9
1976	3.549.0	450.5
1977	4.817.5	746.9
1978	9.576.8	1.851.5
1979	15.103.1	2.775.7

FONTE: Relatório Reservado nº 757

Enfim, a Volks utiliza neste momento todo o seu peso de terceira colocação em receita entre as multinacionais instaladas no país. Junto com as outras montadoras, atua em cartel, subindo preços em resposta a um período de vendas menores; enquanto isso pressiona os trabalhadores com o desemprego e a redução de salários além de utilizar mecanismos de pressão-influência sobre o governo para conseguir novos favores.

(J.G.).

PATRÕES: a demissão como regra

Entre dez trabalhadores brasileiros, mais de quatro são obrigados a trocar de emprego no prazo de um ano. É o rolo compressor da rotatividade que os patrões utilizam para rebaixar os salários e desorganizar os trabalhadores.

Por Juarez Guimarães

Negando aqueles que taxaram a política de reajustes semestrais como um dos principais responsáveis pela alta inflação, a revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, demonstrou que o valor do salário real caiu em 1980, isto é, o nível geral de preços subiu mais que os salários. Mais reveladora ainda, foi a constatação de que o salário médio na indústria cresceu menos do que o índice do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que serve de base para o reajuste salarial.

Esse crescimento menor tem estreita relação com a rotatividade da mão-de-obra praticada pelos patrões após os dissídios das categorias. Demitindo aqueles que tiveram seu salário reajustado e contratando novos com remunerações antigas, os patrões passam por cima da política de reajustes semestrais, aproveitando-se das vantagens que o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) lhes dão. E, segundo dados oficiais, já em 1976, 94% dos assalariados brasileiros eram regidos pelo sistema do FGTS.

A relação entre a rotatividade e a compressão dos salários foi demonstrada através de um estudo setorial realizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Socio-Econômicos) no ano passado. Pesquisando a evolução do salário médio dos bancários de São Paulo, de março de 1979 a março de 1980, o DIEESE chegou à conclusão de que os empregados dos bancos privados — onde é maior a rotatividade — recebiam no final do período estudado um salário médio 13,2% menor do que deveria ser depois dos reajustes conquistado pela categoria. Nos bancos oficiais, tal perda não havia acontecido.

Assim, fica claro que, se o movimento sindical não conseguir conquistas no campo da estabilidade, os ganhos econômicos — principalmente os salários — tenderão a se tornar inócuos frente ao rolo compressor das demissões patronais.

Rolo compressor

Utilizando dados calculados pelo SINE (Sistema Nacional de Emprego, órgão do Ministério do Trabalho), o DIEESE armou também uma tabela que permite constatar o nível absurdo a que chegou a rotatividade nos anos recentes. (ver tabela

ao lado).

Os indícios de rotatividade indica o número de demissões ocorridas no período de um ano para um número de cem trabalhadores. Analisando o quadro, pode-se constatar que, excetuando-se São Paulo e Belo Horizonte, as empresas substituíam todos os seus trabalhadores em menos de dois anos!!

Mesmo limitando a análise a São Paulo e Belo Horizonte, onde os índices de rotatividade são menores, não podemos evitar a conclusão do nível absurdo de deformação a que chegou o sistema de oferta de empregos no Brasil. Pois, enquanto nestas capitais o índice gira em torno de 40%, nos manuais de economia em que se descreve o funcionamento das economias capitalistas centrais, o índice de rotatividade normal é avaliado em 4%.

Poderia se argumentar que grande parte dessas mudanças de emprego são espontâneas, ocorrem por vontade dos trabalhadores. Porém, um levantamento feito pelo DIEESE para o município de São Paulo, tomando por base o número de rescisões de contrato de trabalho homologados nos sindicatos e na DRT, demonstrou que 74% das dispensas foram provocadas pelo patronato.

Qualificação profissional

Os indícios de que a rotatividade recai mais brutalmente sobre os trabalhadores de menor qualificação são confirmados pelo Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho que apresenta dados detalhados sobre as características da mão-de-obra demitida. Tendo em vista que 57% do total dos trabalhadores para o ano de 1976 se situavam na faixa de até dois salários mínimos e que 69% dos desligamentos deste ano referem-se a esta faixa, pode-se concluir que a rotatividade incide mais sobre os assalariados de menor qualificação.

É deste relatório também a informação que do total dos trabalhadores desligados, 70% tinham permanecido na empresa até um ano. Recaindo sobre os trabalhadores de menor qualificação, a rotatividade além de pressionar o valor dos salários para baixo driblando os reajustes, veda o acesso do trabalhador à ascensão funcional e ao aprendizado profissional que na maior parte das vezes é feito no âmbito

do próprio trabalho. Sem falar, no direito à férias remuneradas após um ano de serviço que é burlado, como vimos, para 70% dos demitidos.

No momento em que a crise econômica aperta, em que especialmente alguns setores industriais têm a sua taxa de lucro afetada, vêm os patrões, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, reclamar uma política nacional de emprego. Partindo de quem fala, dá logo para desconfiar que o que a FIESP quer, longe de garantir emprego para trabalhadores, é um programa de subsídios ao investimento que garanta o lucro patronal neste período de vacas magras.



Procura de emprego, uma rotina para quatro entre dez trabalhadores

Telefunken: a demissão como estratégia

Por Juarez Guimarães

O senso comum associa desemprego a crise econômica, demissão a falência. No geral isto é correto: nos momentos de prosperidade econômica do capitalismo cresce o nível de emprego, assim como nos momentos de crise aumenta o número dos que não encontram trabalho. Uma ofensiva de demissões pode, porém, não ser o resultado de uma situação calamitosa de uma empresa em franco declínio no mercado, mas consequência de um rearranjo audacioso de sua linha de produção frente a um momento de dificuldades no escoamento das mercadorias.

Este parece ser o caso da Telefunken, grupo de capital alemão que ocupa o 48º lugar em receita entre as empresas estrangeiras instaladas no Brasil, e que colocou na rua cerca da metade dos 4 mil trabalhadores de sua fábrica na zona sul de São Paulo. A Telefunken inaugurou recentemente uma unidade em Manaus, onde além de ter acesso a uma mão-de-obra mais barata, recebe os incentivos fiscais do governo (não tem de pagar o Imposto sobre Produtos Industrializados). Assim, em São Paulo a empresa produz até o acabamento apenas os aparelhos de televisão preto-e-branco; para Manaus ela transporta as peças fabricadas dos aparelhos a cores, realizando lá a montagem final da mercadoria.

Além disso, no final do ano, a Telefunken fez um acordo de cúpula com a Colorado (uma das poucas empresas nacionais do setor) através do qual ela adquiriu os direitos da marca no mercado. Já neste ano, a empresa procede a uma alteração na sua linha de montagem e no ritmo de trabalho, além de implantar internamente uma rígida política de racionalização de custos.

A onda de demissões começou no final do ano passado, com a dispensa

massiva de 800 empregados. O grande atingido foi o setor de montagem, onde trabalham empregados de menor qualificação, a sua maioria mulheres. A dispensa, seguindo a linha de montagem, vai pegando uma sim, uma não e cada trabalhadora que fica, cumpre a função de duas.

A dispensa como opressão

A partir daí, e durante os meses de janeiro, fevereiro e março, as demissões se sucederam, porém, de forma mais sistemática, regular e em menor número a cada vez. As dispensas ocorrem paralelamente a uma redução na produção, a desativação de turnos e seções. Com método, agora elas vão atingindo os profissionais com mais tempo de casa, de salários mais elevados, procurando manter minimamente a estrutura dos setores qualificados. As chamadas ao departamento de pessoal, feitas através do dispositivo de som da fábrica, se encarregam de criar um clima opressivo, no qual cada trabalhador e os chefes de seção assumem a elevação da produtividade como tábua de salvação para garantir o emprego.

Mais recentemente, uma auditoria de técnicos norte-americanos foi contratada pela empresa para implantar uma política de racionalização de custos. A cada seção visitada, novos cortes.

Transformado o clima de angústia em revolta, os trabalhadores esboçam uma reação. Uma nota chamando à luta, pela chapa 2, Santo Dias, é distribuída na porta da fábrica e no dia marcado para novas demissões, ninguém é despedido. Mas a direção da fábrica estuda o campo, quer superar qualquer reação e no dia seguinte a porta da Telefunken aparece fortemente policiada, com agentes facilmente identificáveis.

Índices de rotatividade de mão-de-obra nas Regiões Metropolitanas - 1979

REGIÕES	IND. TRANSE.	C. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	TOTAL
BELÉM	59,3	120,7	67,4	41,3	65,2
FORTALEZA	60,8	134,3	105,5	32,8	59,6
SALVADOR	39,7	147,6	58,0	37,0	61,7
RECIFE	43,6	120,8	54,8	33,4	50,1
B. HORIZONTE	31,7	120,8	54,9	42,1	44,6
RIO DE JANEIRO	43,1	115,0	55,7	41,6	51,8
SÃO PAULO	36,4	123,1	54,3	31,2	41,5
CURITIBA	51,5	109,6	58,4	24,5	55,3
P. ALEGRE	58,1	162,3	61,3	41,4	61,1
BRASÍLIA	68,8	142,8	59,9	33,2	65,6

Fonte: SINE/Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho.

Greve da Fiat é motor de arranque

Há um cheiro de greve no ar, depois do tiro de largada da Fiat. Em São Paulo, pressionados por uma política de demissões da empresa, os operários da Telefunken seguiam ansiosos os desdobramentos da greve do Rio de Janeiro.

A empresa, alardeando crise (ver página 8), continua anunciando demissões. Militantes do PT e ativistas das oposições sindicais organizam uma manifestação diante da empresa, que chegou a recuar nas demissões de 22/5.

No dia 25, a fábrica amanheceu cercada por policiais e, no interior da empresa, agentes disfarçados circulavam vigiando.

E apenas um lance do confronto que se anuncia em todos os cantos do país, e que teve, na greve da Fiat, o clarão que ilumina a estrada que pode levar a outubro.



Segundo tempo

A greve da Fiat-Diesel do Rio de Janeiro muda de forma. Iniciada com a tática dos braços cruzados (ver *Em Tempo* n.º 128), foi combatida pelos patrões com o fechamento da empresa nos dias 18 e 20 de maio. Os trabalhadores foram chamados a comparecer apenas na 4ª feira, 21.

Nesse dia, a empresa repetiu a manobra da greve de 1979, retirando os cartões de ponto na hora da entrada. Os operários fizeram reuniões por setor e se dirigiram ao Departamento Pessoal, que prometeu a volta dos cartões depois do almoço. Os braços continuaram cruzados.

Na 5ª feira, os patrões e a polícia partiram para os "piquetes", bloqueando a passagem dos ônibus, atrasando seus horários, impedindo por todas as formas que os operários se reunissem para as decisões das assembleias realizadas todas as manhãs. Nesse dia, o Comando de Greve convocou pelo rádio, jornal e TV a assembleia de 6ª, 22 de maio. Era dia de pagamento. Compareceram 2.500 operários, que reafirmaram a disposição de luta: **OU READMITIR OS COMPANHEIROS DEMITIDOS OU COLOCAR OS 3 MIL NA RUA.**

Nesse dia, os operários foram receber o seu salário. A empresa havia descontado os dias parados, arrogantemente, quando o TRT havia considerado a greve legal, esperando-se o recurso ao Tribunal Superior. Mais uma arrogância, diante de tantas outras, como a ridícula proposta de readmitir apenas 6 dos 250 operários demitidos, aliás os seis que estão doentes e não podem, pela própria lei, serem postos na rua.

O apoio à greve

Nas primeiras duas semanas (4 a 18 de maio), a solidariedade à greve foi coordenada pelo próprio Comando, com a participação de alguns voluntários. Apenas no dia 18, com a greve já considerada legal, a chamada "Unidade Sindical" do Rio convoca uma reunião para "organizar o apoio". Como diz Juvenal, do Comando de Greve: "A Unidade Sindical apoia a greve à sua moda, passando por cima do Comando de Greve". Os operários da Fiat deverão agora vigiar também o apoio do seu próprio sindicato, que já lançou um bônus diferente e promete passar o dinheiro recolhido para os operários da FIAT.

Os próprios operários da Fiat estão levando as tarefas práticas do apoio, na campanha de coleta de alimentos, reunindo-se para planejar as atividades, e assim por diante. Também o PT, apenas com a realização do I Encontro Sindical do PT/RJ (24/5) tirou uma posição centralizada do partido com relação à greve,

antes abandonada à iniciativa individual dos militantes. O apoio, que reconhece como direção da greve os organismos eleitos pelos operários, foi definido após algumas intervenções decisivas, como a de Vito, da Oposição Metalúrgica de S. Paulo, que acentuou a importância internacional dessa greve, diante das demissões operadas pela indústria automobilística mundial, inclusive a Fiat italiana que também teve diante de si, uma importante greve no ano passado.

Seguindo, desde já, o exemplo da Fiat, estouraram as greves dos trabalhadores do Estaleiro Mauá, de empreiteiras do estaleiro Caneco e do estaleiro Mac Laren, o que parece confirmar a Fiat como ensaio para a perspectiva da greve geral nacional.

Frente Unica Operária contra o desemprego e a crise

Compreendendo a dimensão de seu movimento, o Comando de Greve convidou diversos sindicatos de todo o país para um encontro, realizado em 24/5, na sede do Sindicato Metalúrgico do Rio. O encontro, convocado de última hora, reuniu poucas entidades, mas parece indicar desdobramentos, uma vez que esta greve, guardadas as proporções, tem um significado que se aproxima daquele assumido pelo último movimento de São Bernardo: uma bússola para o movimento operário e popular. E agora, num momento mais avançado e mais exigente, onde os operários buscam uma resposta mais frontal e profunda à exploração burguesa.

Nesse caminho, as propostas do comando, aprovadas na reunião de domingo, são: formação de uma frente de todos os sindicatos, associações de trabalhadores, entidades populares e partidos políticos de oposição, contra o desemprego e em apoio à greve da Fiat;

— garantir a sustentação material do movimento, através de campanhas levadas pelos sindicatos, com a formação de comitês de apoio por estado;

— levar à comissão executiva da CONCLAT a proposta de realizar um Dia Nacional de Luta contra o desemprego e de solidariedade à greve;

— formação de comitês de demitidos por sindicato;

— realizar um ato público de apoio à greve, no dia 1/6, às 18 horas, em frente à Assembleia Legislativa, no Rio.

EM TEMPO: Os grevistas decidiram, na massiva assembleia de 25/5, entrar com proposta de desdémio coletivo para forçar o Tribunal a se pronunciar. O julgamento será no dia 2 de junho. (da Sucursal).



Operários da Fiat comemoram a legalidade do movimento

Coureiros de São Paulo: Greve e campanha salarial

Com a volta ao trabalho na quarta-feira, dia 20, encerrou-se a greve de 6 dias do pessoal da fábrica de bolas Dribble, em Campo Limpo Paulista. A firma vinha atrasando os salários, além de sempre tentar "driblar" as cláusulas do acordo salarial do ano passado. Os operários partiram para o pau quando, além dessas malandragens, ela resolveu demitir 3 funcionários. Respeito as férias remuneradas, aplicação correta dos índices de reajuste, estabilidade e eleição do delegado sindical, essa era a pauta para acabar a greve. Nas negociações, o pessoal resolveu deixar de lado a estabilidade e a eleição do delegado sindical, para acumular forças e se preparar para a greve geral de outubro, embora tenham registrado uma delegacia sindical na cidade, com três companheiros.

Campanha salarial

Com a assembleia do dia 22 de maio, começou a campanha salarial dos coureiros, que tem a data-base em 10 de junho. O pessoal fez uma pauta que

inclui principalmente um aumento de 20% além do INPC e um piso salarial de vinte e cinco mil cruzeiros. Sobre as horas-extra, assunto diretamente ligado ao desemprego, vão pedir adicional de 100% nos dias úteis e 200% nos domingos e feriados, para praticamente dissuadir os patrões a usar esse recurso, além de lutar pela semana de 40 horas, sem redução dos salários.

O setor está sendo bastante atingido pelo desemprego, com o agravante de ter várias funções especializadas, que só servem para a indústria do couro, como nas indústrias de calçados é o caso da função de cortador, em que o pessoal passa dois anos em aprendizado, ou a de chanfrador. Operários já de uma certa idade, demitidos dessas funções, só conseguem empregos com salários muito mais baixos, e isso quando conseguem. É nesse sentido que os coureiros centram fogo na questão do desemprego, colocando na sua pauta uma cláusula de só permitir a dispensa com justa causa ou por motivo econômico plenamente justificado. (R. Grum)

Solidariedade

Doações para o Fundo de Greve da Fiat
Sindicato dos Metalúrgicos do R.J.
Rua Ana Neri, 152 - São Cristóvão, RJ

Lula explica sua proposta Exigir a discussão do modelo econômico

Depois de um comício em Araraquara, interior de S. Paulo, onde cerca de mil pessoas foram à praça para ouvi-lo, o presidente nacional do PT, Lula, respondeu a várias perguntas. Aqui, a sua opinião sobre a CONCLAT, e a greve nacional, retomando o discurso de 1º de Maio, onde apresentava 1º de outubro como uma data para unificar os dissídios das várias categorias de trabalhadores numa pauta comum: a reivindicação de um novo modelo econômico.

Por Regis Moraes

CLAT, porque não podemos fazer uma CONCLAT e pura e simplesmente tirar mais um documento. O movimento sindical está cheio de documentos. Precisamos agora é andar, cumprir isso. É gozado, se você pega documentos sindicais de 1948, você vê reivindicações que são as mesmas que estamos levantando agora! O que é preciso é sair do campo dos pedidos e entrar no campo da exigência.

— Muitos dirigentes sindicais dizem que um dos objetivos da CONCLAT é tirar uma Central Única, ou um Comando Geral dos Trabalhadores, uma corderação de dirigentes sindicais. O pessoal de São Bernardo, principalmente, parece ter apostado numa outra saída: lançar uma estratégia de luta para o movimento sindical e da qual poderia sair até um Comando Único dos Trabalhadores. É isso?

— Acho que há duas maneiras de ver isso. A primeira é você pensar em tirar um órgão de representação numa reunião de cúpula. Acho que seria pouco representativo. A segunda é tirar esse órgão como resultado de uma luta, o que lhe daria essa representatividade. Acho que as duas coisas irão caminhar conjuntamente. Não sei se isso sai da CONCLAT, uma CUT. Acho que ela só sai se tiver uma perspectiva de luta e imediata, se não a gente cai no descrédito e vai acontecer como outras entidades criadas e que o governo até se recusa a negociar com ela e a entidade não tem força pra negociar, conversar.

— O fato dos empresários quererem discutir um "pacto social" com os trabalhadores indicaria uma mudança de comportamento?

— É, mudou... para pior. Agora, além de não dar nada, mandam a polícia bater. O falso democratismo que alguns empresários demonstram na televisão é apenas da boca pra fora. Na hora de distribuir os lucros, nada de democracia. Mas na hora de distribuir os prejuízos, aí todos eles vem com a palavra democracia, como forma de envolver toda a sociedade. A classe empresarial brasileira critica o capital multinacional mas age do mesmo modo, ou até pior. Basta ver que nas greves a gente não consegue fazer acordo porque eles vem com a conversa de que empresa pequena não pode ceder. Imagine então se empregado dessa empresa pode sobreviver! Os empresários nacionais ainda se arrependerão de ter perdido a oportunidade de negociar com os trabalhadores, livremente, decentemente, como se negocia em muitos países.

— E a greve da Fiat, é um ensaio para a greve geral nacional?

— Em primeiro lugar ela significa um nível muito grande de organização, um caso praticamente inédito no Brasil dos últimos 10 anos, uma greve em defesa de companheiros dispensados. Ela poderá significar um alento muito grande para a perspectiva de um movimento a nível nacional. Lá provando que é possível fazer, basta que tenhamos a capacidade de organizar e a coragem de deflagrar.

CONCLAT sai da casca?

Devagar, vão avançando as articulações para a CONCLAT, através da Secretaria Nacional, reuniões estaduais e uma articulação intersindical.

A sede do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo recebeu, no dia 16 de maio, os integrantes da Comissão Executiva Nacional da CONCLAT. Sindicalistas de mais de uma dúzia de estados se encontravam para deliberar sobre as convocatórias aos encontros estaduais (ENCLAT) e nacional, sobre o local deste último e sobre o temário a ser discutido. Além disso, estava em pauta a definição de uma atitude imediata frente à política patronal de desemprego e aos atentados terroristas.

A reunião, realizada a portas-fechadas, teve seus resultados divulgados mais tarde pela secretaria de imprensa. Não se confirmou ainda o local da Conferência Nacional, que deverá ser realizada nas colônias de férias dos sindicatos, na Praia Grande, ou na cidade de Piracicaba, interior do Estado de S. Paulo. A comissão de organização, centralizada na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de S. Paulo, ficou encarregada do envio de convocatórias a todas as entidades de classe do país. O temário terá os seguintes itens: direito do trabalho, sindicalismo, previdência social, política salarial, política agrária e problemas nacionais.

De qualquer modo, na parte da reunião que a imprensa ainda pode assistir, representante de Alagoas fez um relato do ENCLAT de Alagoas, onde 20 entidades aprovaram, entre outras coisas, a divulgação e debate, no movimento de todo o estado, da proposta de greve geral nacional para outubro. Além disso, o encontro tinha se posicionado pela reforma agrária, pelas liberdades democráticas, direito de organização para os trabalhadores, pela convocação de uma "Assembleia Nacional Constituinte, através de um governo democrático e com a participação dos

trabalhadores, convocação essa que deveria passar pelas entidades livres e independentes dos trabalhadores".

Encontros regionais como esse já foram ou serão realizados em todo o país (ver EM TEMPO nº 128). No Rio Grande do Sul, por exemplo, o I ENCLAT será realizado nos dias 19, 20, 21 de junho. O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, de reconhecida tradição combativa, já está convocando a reuniões preparatórias para discussão das teses e escolha de delegados. Outras entidades deverão seguir por esse processo. Por outro lado, circula por vários estados um abaixo-assinado visando construir uma "articulação intersindical pré-Conclat", documento inspirado nos encontros de João Monlevade e Taboão da Serra (ver o EM TEMPO nº 109 e 110). Essa iniciativa indica algo que, para os mais avisados, já era uma evidência: que a CONCLAT representará o debate e talvez confronto entre várias concepções de sindicalismo que talvez se polarizem na discussão sobre a constituição de uma Central Única dos Trabalhadores e sobre a estratégia de luta proposta pelos sindicalistas do ABC — a greve geral de outubro.



A disposição de luta dos trabalhadores do ABC é cada vez maior.

Desempregados do ABC A temperatura sobe

Em São Bernardo, onde existem perto de 50 mil desempregados, uma multidão de operários sem trabalho ameaça praticar o saque de armazéns. Da rebelião, nasce uma campanha contra o desemprego organizada pelo sindicato.

Por Vilma Amaro

No último dia 20, São Bernardo do Campo viveu dias semelhantes aos que ocorrem em cidades do Nordeste por ocasião de grandes secas, quando a multidão desesperada tenta conseguir alimentos nos armazéns mais próximos. É que a empresa Brastemp havia anunciado a existência de 80 vagas, mas nos boatos que começaram a surgir em São Bernardo esse número foi aumentado para 800, como na velha história de quem conta um conto, aumenta um ponto.

E, desde as primeiras horas começaram a se formar enormes filas diante dos portões da empresa, filas que dobravam vários quarteirões e chegavam até à rua João Basso, sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Por volta das 8h30, o pessoal já estava bastante irritado, pois ninguém na fila tinha sido chamado e o tumulto começou. Era cerca de 1500 desempregados que começaram a gritar: chega de fome! chega de desemprego. Alertada, a diretoria do Sindicato chamou então os trabalhadores para uma assembleia na sede da entidade, o que foi realizado imediatamente, sob o comando de Lula. Todos os presentes se comprometeram a trabalhar pela mobilização dos desempregados e com esse objetivo passaram a distribuir, no dia seguinte, boletins nos bairros e nas portas de fábricas e nas filas de desempregados. Uma série de reuniões foram marcadas: na Assembleia Legislativa, na sede do Sindicato e no dia 2, às 14 horas no

Sindicato dos Metalúrgicos de SP, com a presença de dirigentes sindicais de outras categorias.

No dia 21, também se realizava outra assembleia na sede do Sindicato, com a presença, entre outros, de representantes da Fiat do Rio de Janeiro. O objetivo da reunião foi discutir o encaminhamento a ser dado sobre a questão do desemprego e ficou acertado a realização de um Ato Público, possivelmente, diante do Palácio Bandeirantes, o que será acertado na reunião do dia 2, em SP.

Um manifesto para mobilizar os trabalhadores está sendo distribuído nas portas de fábricas, com o seguinte texto:

Somente no GRANDE ABC já temos perto de 50.000 desempregados. São companheiros e companheiras que andam de fábrica em fábrica, humilhados, submetendo-se ao abaixamento de salário e a todas as exigências, e que à noite voltam desesperados para casa.

No lar desses companheiros já falta o pão, o arroz, o feijão, etc... Muitos já foram despejados e mudaram-se para as favelas.

Por que existe desemprego?

Em primeiro lugar, porque o governo e os patrões sempre fazem o povo pagar o preço dos seus erros e de suas crises, às vezes artificiais.

Em segundo lugar, porque não existe estabilidade no emprego e os patrões podem colocar milhares na rua, sem dar

qualquer explicação e sem serem responsabilizados pelas conseqüências sociais.

O que devemos fazer?

1) Nunca acreditar que o governo e os patrões vão cumprir suas promessas e resolver nossos problemas;

2) Continuar acreditando que, somente com nossa própria organização e com nossas forças poderemos conseguir algum êxito;

3) Trabalhar conjuntamente para criar pressão social legítima até conseguirmos uma solução. Os companheiros da FIAT, no Rio, estão parados porque 250 companheiros foram dispensados.

Declaração universal dos direitos humanos

ARTIGO XXIII — Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego;

ARTIGO XXV — Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Lula, como vai a luta contra o desemprego em S. Bernardo?

O desemprego não é um problema de S. Paulo ou da Volkswagen. É um problema estrutural: o modelo econômico brasileiro está falido e é necessário rediscutir o modelo econômico se quisermos evitar o desemprego. Para isso, vamos ter que discutir a reforma agrária, a fixação do homem ao campo, relacionado ao mercado de trabalho, ao mercado interno de consumo, ao poder aquisitivo decente para o nosso povo. Nós fizemos uma reunião recentemente em S. Bernardo e tomamos a decisão de exigir do governo a discussão do modelo econômico, e como medida imediata, abolir com o horário extraordinário e reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem reduzir os salários. São medidas imediatas, já tomadas em outros países, como forma de criar mais empregos.

— E a greve nacional?

— Nós estamos levando, sem data fixa, para o movimento sindical, essa proposta. Se o governo não estiver disposto a discutir o modelo econômico com todos os setores da sociedade, o movimento sindical não vai ter é alternativa senão trabalhar para a deflagração de uma greve nacional. A primeira vista, isso pode parecer um sonho. Afinal, neste país é proibido fazer greve. Mas, a classe trabalhadora precisa ser um pouco desafiada e brigar agora, porque senão amanhã ela já morreu de fome.

— A CONCLAT vai por esse caminho?

— Eu acho que ela é uma grande oportunidade para a classe trabalhadora definir alguns pontos de luta, alguns rumos e objetivos. Esta proposta de luta deve ser discutida na CON-

O porque da greve geral

A proposta lançada por Lula no 1º de Maio de São Bernardo não representa um vago "grevismo desprovido de programa", como insinuam, maldosa ou desinformadamente, algumas correntes reformistas da esquerda brasileira mais empenhadas na sua obsessão mesquinha de "queimar" lideranças sindicais que não rezam pela sua cartilha, submetendo a essa tática estreita as aspirações e necessidades do movimento sindical.

Pelo contrário, a proposta se insere numa tradição do movimento sindical. Uma tradição que tem seus traços mais antigos numa reivindicação que aparece em todas as grandes campanhas salariais, eleitorais e documentos de congressos sindicais — a unificação das datas-base, aliás uma das bandeiras da grande greve geral dos 700 mil, em S. Paulo, 1963. A cima de uma greve geral nacional

tradição mostra ainda que foi em que se gerou o embrião do CGT, dissolvido pelo golpe de 1964 (ver box).

Mas a proposta de Lula se apoia principalmente numa memória mais recente, e é o fruto mais maduro das campanhas salariais que vem se desenrolando desde a campanha da reposição salarial, no ABC, em 1977. A partir desse ano, um número cada vez maior de categorias foi seguindo o exemplo dos metalúrgicos e passando dos acordos salariais assinados por diretorias para um novo hábito, em que os operários, em que os operários foram fazendo uma aprendizagem importante de organização: a realização de reuniões por fábrica, as assembleias gerais, a eleição de comissões de salário, a elaboração de pautas referendadas pelas assembleias, as negociações diretas com os sindicatos patronais, a arma da greve e

outras formas de pressão.

Nos últimos anos, os operários foram percebendo que as campanhas salariais isoladas encontravam pela frente um patronato unido e um estado forte. Que as reivindicações parciais e econômicas eram insuficientes diante de toda uma política econômica que eternizava a inflação e a rotatividade de emprego. Foi-se tornando evidente a necessidade de uma luta conjunta, intersindical, que não se faz apenas em cima de reivindicações econômicas parciais e limitadas a uma ou outra categoria, mas a partir de uma discussão de todo o modelo econômico, o que vai desde a questão da estabilidade do emprego, da autonomia sindical, do salário-mínimo real unificado até questões mais amplas, como a reforma agrária e a legislação repressiva, e a uma política consequente com relação ao capital estrangeiro.

A preparação da greve geral coloca, além disso, a legitimidade do regime em questão. Coloca em perspectiva a necessidade de um novo modelo econômico, social e político, elaborado a partir das assembleias de trabalhadores e de seus representantes. Nesse sentido, o movimento operário brasileiro repetiria, a sua moda, a frase de Walea: não colocamos ainda a reivindicação de governar o país, mas não fugiremos dessa responsabilidade uma vez que o governo não souber, não puder ou não quiser resolver os problemas do Brasil.

Verdadeira escola prática de política, esse processo tem, para o PT, a maior importância. E por isso seus órgãos devem receber orientação precisa para trabalhar pela sua efetivação.

Devemos tomar essa caminhada como a realização de uma verdadeira "campanha salarial unifi-

cada dos trabalhadores de todo o país". E devemos encaminhá-la dessa forma. Realizando reuniões e assembleias, fábrica por fábrica, categoria por categoria. A primeira diferença é que as "comissões salariais" e comissões de negociação dessa campanha, devem ter o caráter intersindical. A segunda diferença é que a pauta deve ser encabeçada pelas reivindicações mais abrangentes para a classe trabalhadora de todo o país: estabilidade no emprego, salário mínimo real e unificado, congelamento dos preços, etc.

É ainda mais claro que esse processo deve ser levado para a CONCLAT, se pretendemos tirar desse encontro uma plataforma comum de todo o movimento operário brasileiro. E se queremos uma CUT que nasça da luta concreta dos trabalhadores, e não de um acordo formal entre alguns dirigentes.

CGT nasceu das greves

A busca de organizações intersindical e de uma Central Nacional é uma tradição no movimento operário brasileiro. A partir de 1960, uma série de grandes greves, muitas delas com reivindicações políticas, foi gerando vários pactos e organismos intersindical de caráter estadual e mesmo nacional. Essas greves, em particular a "greve pela legalidade", visando dar posse a João Goulart, contra o veto dos ministros militares, concederam autoridade e destaque crescente a líderes que foram mais tarde constituir o Comando Geral de Greve. O CGG conduziu a paralização de julho 1962. O movimento de 24 horas, reivindicava medidas contra a carestia, a reforma agrária, urbana, bancária, eleitoral e universitária, uma política externa independente, repúdio ao Fundo Monetário Internacional e uma série de medidas controlando o capital estrangeiro; 13º salário.

Em agosto, o IV Congresso Sindical, realizado em São Paulo e reunindo cerca de 4 mil delegados, transforma o CGG em CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Em setembro, o CGT dirige uma greve nacional, reivindicando: plebiscito pelo presidencialismo, revogação da Lei de Segurança Nacional, instituição do salário-família, congelamento dos preços, reforma agrária, etc.

Uma outra greve geral importante a ser lembrada é a que mobilizou, em outubro de 1963, cerca de 80 sindicatos de São Paulo. Encaminhada como uma campanha salarial unificada, conseguiu tal adesão das massas que, apesar de desaconselhada por setores significativos do CGT, reduziu num aumento geral de 80% nos salários e obrigou a polícia a realizar nada menos que 800 prisões.

Eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema

Os novos Lulas do ABC

Este ano as eleições para o Sindicato vão ser bastante diferentes. Duas chapas concorrerão. A Chapa 1, encabeçada por Jair e apoiada pela diretoria do Lula e a Chapa 2, liderada pelo Osmarzinho e Alemão, que contará com o espalhafatoso apoio do jornal "Hora do Povo".

Por Vilma Amaro

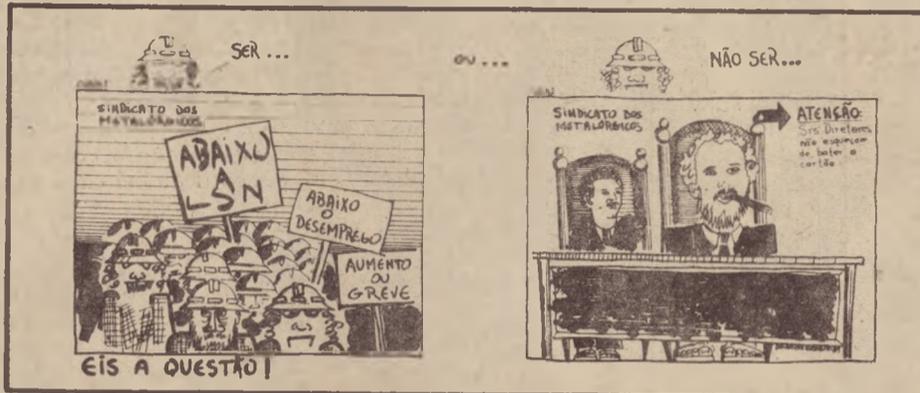
Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema esperam que a campanha eleitoral iniciada no Sindicato e que culminará com as eleições marcadas para os dias 3, 4, 5, 6 e 7 de agosto mantenha o alto nível que até agora caracterizou a ação da diretoria cassada. Mas, pelo que foi visto no último dia 25, quando se encerrou o prazo para inscrições de chapas e duas foram apresentadas, a campanha deverá se desenvolver em clima de bastante tensão. Motivo: os líderes da chapa de oposição à ex-diretoria, Osmar dos Santos Mendonça e Enilson Simões de Moura — o alemãozinho — já disseram estar dispostos a tudo para ganhar essa eleição. E uma amostra disso ficou patente durante um debate com as duas chapas, realizado nesse mesmo dia, na sede do Sindicato.

Jair Antonio Meneguelli, da Ford, que lidera a chapa apoiada por Lula e que afirmou ter também o apoio da maioria da Comissão de Salários foi violentamente interrompido por Osmarzinho que, bastante nervoso, afirmava que sua chapa (2) não era de oposição. Evidentemente, seria a primeira vez na história do Sindicalismo que duas chapas concorrem aos mesmos cargos, uma em oposição à outra e "absolutamente irmanadas". O que, de fato, não é verdade, pois a atuação de Osmar dos Santos Mendonça e Enilson Simões de Moura, durante a campanha salarial deste ano foi de aberta oposição à atuação de Lula e da ex-diretoria.

Muita prosa, pouca ação

O que motivou a Comissão de Salários a lançar uma chapa liderada por Jair (um combativo trabalhador da Ford que esteve na linha de frente dos últimos movimentos) foi, principalmente, o trabalho desenvolvido junto às bases, nas portas de fábricas. Aliás, não foi somente agora, em vésperas de eleições, que elementos de base mais atuantes vinham se mostrando bastante irritados com a atuação de Osmar e Alemão. Afora, as diferenças ideológicas, o motivo da irritação era a absoluta ausência de trabalho concreto, nos momentos mais difíceis que atravessou a categoria, particularmente depois da intervenção. Os dois líderes só apareciam quando havia assembleia e aí podiam dar trela a seus arroubos oratórios, fruto não só de alguma experiência adquirida durante as últimas greves comandadas por Lula, mas principalmente, devido à sua larga militância política.

Nos últimos meses vinha ficando paten-



Brigadistas HP desesperados lançam chapa contra Lula

te a divisão entre os dois setores: um, comandado por Lula e que carregava atrás de si toda a ex-diretoria, a maior parte da Comissão de Salários e a quase totalidade da categoria. E outro, liderado por Alemão e Osmar, tão só e somente, pois, pelo menos em São Bernardo e sem o auxílio dos grandes aparatos de comunicação tipo Hora do Povo, os dois não carregam ninguém atrás de si. Tanto que fizeram sua chapa às pressas, incluindo desde oportunistas que esperavam ser convidados para integrarem a chapa um e não foram e acabaram entrando na chapa 2 mesmo, até alguns ingênuos que certamente serão largamente utilizados para os fins políticos da dupla Alemão e Osmar.

O mais curioso em tudo isso é a insistência dos dois líderes de oposição em fazer-se passar por situação, o que revela uma flagrante insegurança ante o veredicto dos trabalhadores. Essa oposição aberta à ex-diretoria foi claramente explicitada por Alemão, em entrevistas à imprensa, publicadas por ocasião da consulta realizada pela Volkswagen sobre a redução da jornada de trabalho. Alemão criticou, nessa oportunidade, a posição assumida por Lula, tentando fazer recair a culpa pelas demissões que ocorreriam em cima do expresidente do Sindicato — aliás a mesma posição tomada por alguns órgãos de imprensa representantes das multinacionais.

Unidade

Pouco antes de se encerrar a inscrição de chapas, cinco dos que se opunham à ação da ex-diretoria lançaram um manifesto, conclamando à unidade (Osmarzinho, Alemão, Wagner Lino Alves, João Batista Rocha Lemos e Rommel Pinheiro Costa), ao que Lula contestou que "juntar várias correntes à força no mesmo saco, não significava necessariamente, construir a unidade da categoria, pois essa

unidade se faz no dia a dia, nas lutas travadas pelos trabalhadores".

Osmarzinho que recentemente abandonou o PT alegando ser contrário a algumas posições do Partido (como a questão do pluralismo e da Assembleia Constituinte) alardeia agora que é apertidário.

A chapa liderada por Jair Antonio Meneguelli possui, além de alguns militantes do PT, quatro elementos do PMB, enquanto uma boa parte declarou-se não filiado a nenhum Partido. Alemão, que é filiado ao PMDB já estaria mexendo alguns pauxinhos para conseguir o apoio de seu Partido na região à chapa 2, o que será muito difícil, pois mesmo entre o PMDB de São Bernardo o prestígio de Lula é inegável.

Jair, o candidato apoiado pela ex-diretoria afirma que sua plataforma de luta é a continuidade do trabalho iniciado por Lula e isso será a grande credencial para ganhar o apoio da maioria dos trabalhadores, além de seu grande prestígio, como dirigente de base na Ford.

Jair é casado, pai de 3 filhas e trabalha na Ford desde 1971. Antes, foi funcionário da Willis Overland do Brasil, de 1963 a 71. Ele lembrou, durante entrevista concedida à imprensa, que embora o Sindicato tenha oficialmente 24 diretores, na realidade considera os 142 mil metalúrgicos de SBC têm as mesmas responsabilidades.

Os outros membros efetivos da chapa, candidatos à diretoria executiva são: Vicente Paula da Silva (da Mercedes Benz), Osvaldo Martines Bargas (da Kentinha), Humberto Aparecido Domingues (da Volkswagen), João Paulo de Oliveira, da Sulzer Weiser, Paulo Tarciso Okamoto, da Commander e João Justino de Oliveira, também da Ford e integrante da diretoria provisória que comanda atualmente o Sindicato.

Vicente Paulo da Silva tem 25 anos, é casado e pai de um filho. Trabalha na Mercedes há dois anos e nove meses e durante a greve de 1978, trabalhava na Tamet.

Osvaldo Martinez Bargas trabalha há 5 meses na Kentinha e antes, era funcionário da A.T.O. É casado e pai de dois filhos. Militante do PT, é um dos dirigentes do Partido para a região do ABC.

João Justino de Oliveira, outro integrante da chapa, tem 50 anos de idade e trabalha como operador de máquinas na Ford, há 21 anos.

Osmar dos Santos Mendonça, candidato pela chapa de oposição, tem 30 anos de idade e casado com uma jornalista e natural de Minas Gerais. Tanto Osmar como Alemão são funcionários de uma oficina denominada Autorama

Integrantes das duas chapas

Chapa 1

Para a Administração

Jair Antonio Meneguelli
Vicente Paulo da Silva
Osvaldo Martines Bargas
Humberto Aparecido Domingues
João Paulo de Oliveira
Paulo Tarciso Okamoto
João Justino de Oliveira

Suplentes

Antonio Fernandes Martins
Elizeu Marques da Silva
Vilmar Roberto Aléo
Gilberto Castanho
Raimundo Nonato de Souza
Manoel Veloso Falcão
Maria Alves de Lima

Para Conselho Fiscal

João de Melo da Silva
Alberto Eulálio
José Soares Malta
Antonio de Lucca Filho
José Henrique Mendes
Natal Cassemiro

Para delegados no Conselho da Federação

João Ferreira Passos
José Ferreira de Souza
José Candido Pereira
João Batista Cavalcante

Chapa 2

Para a Administração

Osmar Santos de Mendonça
João Batista Rocha Lemos
Enilson Simões de Moura
Jaime Vicente da Silva Ferreira
Emídio Saraiva dos Santos
Geovaldo Gomes dos Santos
Manoel Ferreira de Lima

Suplentes

Luiz Lakatos
Jotair Brás do Nascimento
Irani Alves Pereira
Antonio Carlos de Souza
Orlando Galina Ferreira
Mario de Paula
José Carlos Barbosa

Para Conselho Fiscal

Manoel Correa
Pedro Gomes de Souza
Jesus Lisboa Gomes

Suplentes

Valdemar Américo
Pedro Costa de Souza
João Francisco dos Santos

Para delegados no Conselho da Federação

João Lopes dos Santos
Ademir Gonzaga de Almeida
Sebastião Edvaldo de Oliveira
Luiz Bezerra de Morais

Murilo Macedo mete o dedo nas eleições

No último sábado, em meio às providências finais para a formalização da chapa 1 apoiada pela diretoria cassada, de repente chega uma notícia escandalosa a São Bernardo — que, no entanto, foi gostosamente recebida pelos integrantes da Chapa 1. Nada mais nada menos do que o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, havia acabado de telefonar a Afonso Cruz, membro da Junta Governativa do Sindicato, solicitando (e tentando convencê-lo) da importância e conveniência de que ele encabe-

çasse a Chapa 2 que estava sendo formada por Osmar Mendonça e os brigadistas do HP.

Uma pergunta ficou no ar, para além do significado que deve ter para os trabalhadores do ABC as preferências ministeriais por uma ou outra chapa: o gesto do ministro teria sido de modo próprio, ou a Chapa 2 teria intermediários "de peso" para soprarem esta jogada (fracassada, é óbvio, pois Afonso recusou) àquele que interveio por duas vezes no Sindicato da categoria?

Pelegada em perigo

João, PDS no sindicato

Os sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo passam por um período de confrontos eleitorais. Ribeirão Preto e São José dos Campos já tiveram a derrubada de tradicionais pelegos. Recentemente, em Jundiaí, a oposição foi descaradamente roubada por um discípulo do Joaquinão. Em Guarulhos as eleições estão se desenrolando. Aqui um quadro das campanhas em Mogi das Cruzes e Campinas.

Por Roberto Grun

Cid, o Joaquinzinho

Aproxima-se a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, uma categoria que abrange uma base de 50 mil operários, dos quais 23 mil são sindicalizados. Nos dias 13, 14, 15 e 16 de julho a categoria vai decidir se prefere o pelego que já dura 12 anos na direção do Sindicato, agora com a imagem remozada pelos tradicionais aliados de tudo o que está à direita no movimento sindical, os seguidores dos jornais *Voz da Unidade* e *Hora do Povo*, ou a Chapa 2, formada por apoiadores do PT e do jornal *Tribuna da Luta Operária* (embora há quem diga em Campinas que os seguidores desse último jornal estão jogando nos dois times).

A Chapa 2 conta com os operários que se destacaram na greve de 1979, e foi escolhida num critério de proporcionalidade entre os operários combativos das fábricas, de acordo com o número de empregados de cada uma. Lembremos que dessa vez os apoiadores do *HP* e da *Voz da Unidade* estão se aliando com um pelego (Cid Ferreira de Souza é o nome do homem), que ainda há pouco praticou a dedução de arrancar do seu bolso, o Cid inventou uma "contribuição assistencial", que os metalúrgicos devem descontar de seu salário, obrigatoriamente, em média 400 cruzeiros por peão, além da mensalidade do Sindicato, que são uns bem salgados 190 cruzeiros, e além também do imposto sindical. No lançamento da Chapa 2 começou a agitação da base contra essa arbitrariedade. A luta prossegue nas reuniões por fábrica, mas o pessoal está com uma tremenda falta de recursos. Os operários estão correndo o chapéu em toda a região para tentar rodar a carta programa, lançando bonus e coisas do tipo. Quem puder dar uma força, mande a sua contribuição para a Rua Francisco Glicério, 867, telefone: 32-5279 ou 52-7500.

Mostrando que o que ele gosta mais do operário é a grana que ele pode arrancar do seu bolso, o Cid inventou uma "contribuição assistencial", que os metalúrgicos devem descontar de seu salário, obrigatoriamente, em média 400 cruzeiros por peão, além da mensalidade do Sindicato, que são uns bem salgados 190 cruzeiros, e além também do imposto sindical. No lançamento da Chapa 2 começou a agitação da base contra essa arbitrariedade. A luta prossegue nas reuniões por fábrica, mas o pessoal está com uma tremenda falta de recursos. Os operários estão correndo o chapéu em toda a região para tentar rodar a carta programa, lançando bonus e coisas do tipo. Quem puder dar uma força, mande a sua contribuição para a Rua Francisco Glicério, 867, telefone: 32-5279 ou 52-7500.

Mostrando que o que ele gosta mais do operário é a grana que ele pode arrancar do seu bolso, o Cid inventou uma "contribuição assistencial", que os metalúrgicos devem descontar de seu salário, obrigatoriamente, em média 400 cruzeiros por peão, além da mensalidade do Sindicato, que são uns bem salgados 190 cruzeiros, e além também do imposto sindical. No lançamento da Chapa 2 começou a agitação da base contra essa arbitrariedade. A luta prossegue nas reuniões por fábrica, mas o pessoal está com uma tremenda falta de recursos. Os operários estão correndo o chapéu em toda a região para tentar rodar a carta programa, lançando bonus e coisas do tipo. Quem puder dar uma força, mande a sua contribuição para a Rua Francisco Glicério, 867, telefone: 32-5279 ou 52-7500.

O pelégismo começa a perder mais um representante em São Paulo: João Theofilo de Souza, que se considera presidente eterno do Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes, Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Biritiba Mirim, municípios da zona leste da Grande São Paulo. Para mostrar que é um defensor dos trabalhadores, foi vereador em Mogi pela ARENA e terá como adversário nas eleições uma aguerrida Chapa 2, no sindicato que tem uma base de 30 mil operários, mas que só tem 4200 associados.

O pessoal da Chapa 2 foi escolhido em reuniões de fábrica, que indicaram para a direção os companheiros mais combativos e

representativos, e dirigiu nesse ano uma importante luta na fábrica de tratores Howa do Brasil. A direção daquela multinacional, de origem japonesa, pretendia dar o mesmo golpe que a Volks tentou dar em São Bernardo, a redução da jornada de trabalho e dos salários. O pessoal orientou os operários para que votassem contra a empresa, enquanto que o pelego ficou em cima do muro, dizendo que os operários deviam "votar segundo as suas consciências", mas que o emprego era muito importante, e que devia ser mantido (a mesma conversa do Murilo Macedo). O resultado da votação já mostra o que vão ser as eleições, se não houver roubalheira — a firma tem 1200 funcionários, votaram 1090, dos

quais 689 contra a redução e 387 a favor.

Outra luta importante do pessoal foi feita para reduzir as mensalidades do sindicato. No ano passado, o pelego, que deve ter tomado aulas como Joaquinão, aumentou para 100 cruzeiros, e o pessoal conseguiu aprovar em assembleia a redução para 80 cruzeiros, garantindo assim que a peãozada de salários mais baixos continuasse associada.

Para quem não se lembra, essa é a base da Komatsu, que ficou parada mais de um mês no ano retrasado, e na qual os companheiros que estão na chapa tiveram papel importante, ou dentro da fábrica, ou no apoio fora dela.

Jornalistas - BH

Combatividade garantida

Com o comparecimento de 96% do colégio eleitoral os jornalistas mineiros elegeram recentemente a nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas. A Chapa 1, a vitoriosa, obteve 427 votos contra 313 da chapa adversária e está encabeçada por Tilden Santiago e Dirceu Mesquita Horta, respectivamente dos jornais "Diário do Comércio" e "Estado de Minas".

A preferência pela Chapa 1 teve como base a própria necessidade de se manter as conquistas e combatividade do sindicato

nos últimos anos, como bem definiu Didimo Paiva, ex-presidente do Sindicato e atual presidente do DIEESE. "nossos foram os primeiros pronunciamentos contra a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a legislação sindical fascista e a Chapa 1 veio dar um passo à frente na luta conjunta com as demais categorias de trabalhadores e movimentos populares, em busca de uma nova ordem política e social para o Brasil".

A Chapa 1, ao longo da campanha, se bateu pela necessidade de um sindicato livre e indepen-

dente. Entretanto, a chapa adversária, numa atitude de desespero tentou qualificar a Chapa 1 como "partidária", "parelhista" e "agente do PT no movimento sindical", já que membros de sua diretoria pertencem ao PT, inclusive seu próprio presidente. Entendendo as diferenças entre sindicato e partidos políticos, a chapa vencedora, sempre salientou: "Respeitamos as opções partidárias de cada associado e reafirmamos a necessidade do sindicato ante todas as correntes políticas existentes. Não se deve e não se pode misturar partidos com sindicatos".

CULTURA

Parceiros da noite

A partir do depoimento do psicólogo Carlos Molina, ex-militante do movimento homossexual e estudioso da sexualidade, apresentamos um comentário do filme que provocou protestos nos EEUU mesmo antes da estréia.

Por Silvana Afran e Júlio Gaspar

A superficialidade que impera na sociedade de consumo não é tanto pela qualidade dos produtos como pelo bombardeio, a falta de tempo para aprofundar e refletir e, pelo esquecimento do "recentemente velho" pela novidade do mais recente. O cinema é o melhor exemplo disso e "Parceiros da Noite" (Cruising), de W. Friedkin é um filme, ainda que explicitamente comercial, que possibilita o levantamento de questões e a reflexão sobre uma área da realidade ainda coberta de preconceitos como é a homossexualidade e mais especificamente o sadomasoquismo. Este, como outros, será esquecido e substituído nas próximas semanas por mais um dos milhares de filmes da praça. O sadomasoquismo constitui uma larga faixa do mundo homossexual americano, exercendo importante influência em todo o universo homossexual e ainda sobre o heterossexual. Para quem não é conhecedor direto deste tipo de ambiente, a fita mostra flashes isolados dos bares, ruas e

parques e de cenas que sugerem relacionamento sexual, o que em lugar de informar, deixa mais por conta da imaginação de um público ignorante do assunto e potencialmente preconceituoso. Contudo, as imagens refletem aspectos reais, desde o ambiente tétrico de certos bares e ruas, por demais comuns em Nova Iorque, que constituem um "gênero" procurado por aqueles que buscam uma atmosfera de rudeza e perigo para sua excitação sexual, até a prática do "bondage" (amarrar) tão corriqueira e anódina para alguns sadomasoquistas como seria o beijo para a sexualidade convencional. Quem pensa que as relações sadomasoquistas são perigosas está tão desinformado como quem crê que todo homossexual é afeminado: a violência que se joga entre pessoas acostumadas a esta prática fica completamente controlada entre limites convencionais de antemão. O sadomasoquismo é geralmente rejeitado e mal compreendido, contribuindo para isso tanto os que desde uma falsa perspectiva de esquerda — e a



Cena do filme

partir de certos símbolos e práticas pseudo-autoritárias — julgam-no — no fascismo, fazendo assim uma extrapolação da ideologia para a relação íntima de pessoas que usam livremente do seu próprio corpo; como os que a partir de uma visão psiquiátrica e moralista, o consideram como patológico e bizarro, esquecendo que se trata de seres humanos como quaisquer outros, empenhados em explorar seus

corpos e obter o máximo de prazer. Passando à trama policial, diz-se que os fatos foram verídicos, mas a forma sensacionalista como é tratado o tema, faz passar para um público ingênuo que o ambiente e as transas homossexuais sadomasoquistas são perigosíssimas. No entanto, sabe-se que esses ambientes como aliás tudo nos EUA, são devidamente protegidos e dentro da lei. Passando para a análise psicológica sugerida, ela é elementar e unilateral: o assassino é motivado por um luto não elaborado de seu pai, morto há dez anos, e o policial é comovido profundamente, não sabemos se pela homossexualidade, pelo sadomasoquismo ou por ambos e acaba também paranóico, matando aquele que despertou nele sentimentos erótico-afetivos. Como em muitas obras sobre homossexualidade, aqui também se reforça a falsa ligação causal: homossexualidade, má relação com o pai; homossexualidade/loucura, paranóia, morte. Enfim, podemos sintetizar o filme como uma salada de elementos reais mal misturada (ou misturada de forma interesseira e enviesada) com grande quantidade de elementos menos importantes porque o saldo que fica é o de um filme policial, quando está se tocando em temas vitais para estas minorias. Mas quem sabe separar as verduras e comer as que gosta, pode se dar uma pequena satisfação no mesquinho restaurante da sétima arte.

A universidade dos sonhos do MEC Lucrativa, submissa e burra

A implantação do ensino pago não tem implicações apenas econômicas. É toda uma proposta de universidade que o MEC sonha implantar desde 1968, com a Reforma Universitária. Aqui, um resumo do livro "Ensino pago: um retrato sem retoques", onde o professor Carlos Martins desmonta as engrenagens de uma filha legítima da Reforma — Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, em São Paulo.

Por Marília Carvalho

A história das Faculdades Metropolitanas Unidas — FMU — é a história da concretização da Reforma Universitária, o projeto de universidade imposto pela ditadura em 68. Elas nascem em 1969, como "instituição dentro do regime atual", segundo depoimento de um dos fundadores, ao prof. Carlos Martins. Inicialmente com quatro faculdades, as FMU contam hoje com 14 cursos, 25 mil alunos, constituindo-se numa verdadeira "universidade".

Este processo de concentração, quando as pequenas empresas de ensino abertas aos montes (entre 68 e 72) são absorvidas por grandes estabelecimentos, como as FMU, tem sido a tônica em todo o Brasil. Mas se o crescimento destes grupos "sólidos" que demonstravam rentabilidade, até bem pouco tempo servia como argumento para o MEC quanto à viabilidade do ensino pago, isso já não acontece. Com o aumento assustador das mensalidades, a inflação e o "aperto" geral, a procura por essas faculdades-empresas tem caído. Nas FMU, em 79 havia 30 mil candidatos às 6.700 vagas do seu vestibular, e em 81 apenas 25 mil, enquanto crescem as desistências e transferências nos cursos. Num deles, por exemplo, de 3.600 alunos no ano passado, ficaram apenas 2.000 esse ano.

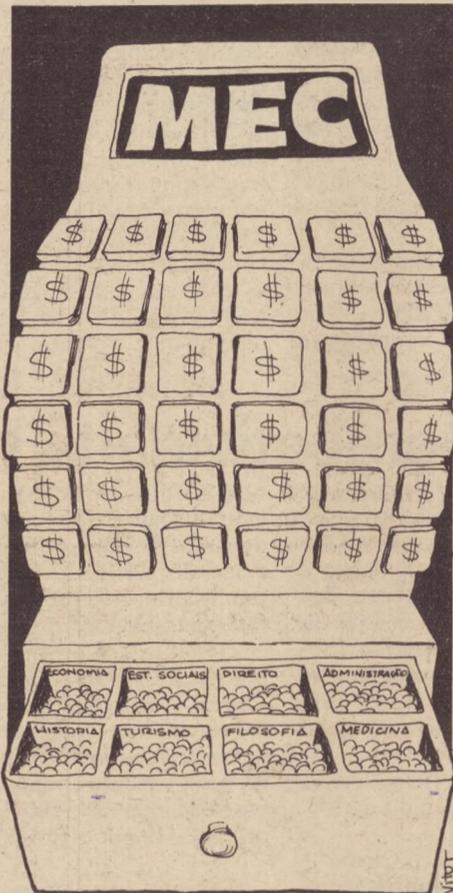
Dado interessante da pesquisa do prof. Carlos Martins refere-se à origem social dos alunos das FMU: do total de alunos pesquisados, 93,1% pertenciam às camadas médias, 5,5% eram filhos de famílias de empresários e apenas 1,4% eram filhos da classe operária.

Ensino: a didática do computador

As FMU têm objetivos explicitamente profissionalizantes. "O objetivo da faculdade não é formar um pesquisador, assim como não é fornecer um conhecimento crítico para os alunos. As FMU devem estar nitidamente voltadas para a preparação do profissional ajustado às necessidades do mercado de trabalho", declara um professor.

Entretanto, apesar de toda essa ênfase na profissionalização, Carlos Martins encontrou ex-alunos voltando à FMU para fazer especialização e ainda ocupando os mesmos cargos de antes de cursar a faculdade. O que as empresas de ensino superior fazem é comprar, com mensalidades crescentes ao longo dos cursos, o sonho de ascensão social dos seus alunos, que afinal, se revelam como simples sonhos.

Se a escola é uma empresa, o que vale é a "eficiência". A aprendizagem é o produto, o aluno o cliente, o professor a mão-de-obra. Assim, a questão das avaliações, por exemplo, é inteiramente centralizada pela "Unidade de Processamento de Dados". Além da homogeneização, esse sistema possibilita à empresa cobrar até para o aluno ver a correção de sua prova. "São impostas normas sobre os alunos de que tudo que se solicita tem que ser pago".



Quem não está em dia com a mensalidade, por exemplo, não faz prova: "As FMU, como qualquer outra empresa, não poderia cumprir seus compromissos se deixassem de receber de seus devedores, no caso, os alunos", afirma um diretor.

E para a "eficiência", o que vale é a centralização, a disciplina. "Aqui existe uma estrutura bastante centralizada, onde a alta cúpula coordena o trabalho geral e cada elemento, seja professor ou funcionário, tem sua função bem delimitada e procura não ultrapassar sua área de responsabilidade".

As normas são, portanto, a pasteurização, o ensino acrílico, a redução de toda particularidade do processo de aprendizagem. O que poderia ter sido extraído diretamente do texto elaborado pelo Grupo de Trabalho, responsável pela Reforma Universitária: "A Reforma tem objetivos práticos e visa a conferir ao sistema universitário uma espécie de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos".

Na verdade, por trás dessa "racionalidade", estava também a necessidade de barrar o desenvolvimento do ensino crítico, impedir a participação de professores e alunos na discussão de novos currículos e nos rumos da sociedade brasileira.

Nesse ponto, as FMU também são exemplo. Um aluno de economia fala sobre a disciplina Sociologia: "O estudo era feito sobre a sociedade norte-americana. A gente ficava meio embananado, tinha que ler aquilo e enquadrar a sociedade brasileira dentro da americana". Ou

um aluno de direito: "Com relação às matérias básicas, destaca-se a disciplina EPB, a qual reputo da maior importância e que nos deu muita base". Para quem não sabe, a disciplina EPB — Estudo de Problemas Brasileiros — foi introduzida no ensino superior ao mesmo tempo que Moral e Cívica no ensino médio, com o objetivo claro de transmitir a ideologia "revolucionária" de 64.

Policial aluno: sem o secundário

As relações estreitas das FMU com o regime militar, no entanto, vão muito além da Reforma Universitária. Segundo um entrevistado, "na época da fundação, oitenta ou noventa por cento dos professores acreditavam que a 'revolução' era a melhor coisa que tinha acontecido. Estavam aqui na faculdade dando a sua contribuição para a 'revolução' no campo da educação".

Até hoje, inúmeros "atos comemorativos" são realizados no interior da escola: entrega do título de professor emérito a líderes da ARENA, convite ao então Ministro Armando Falcão para paraninhar a turma de direito, aulas inaugurais a cargo de vice-governadores, etc. O cúmulo, porém, foi a escola ter organizado a participação dos alunos no desfile de 7 de setembro, exatamente no ano de 77, quando o conjunto do estudantado brasileiro ia às ruas em passeatas contra a ditadura.

Segundo Carlos Martins, "em várias entrevistas, professores e alunos referiam-se à presença de pessoas ligadas aos órgãos de segurança", principalmente nos primeiros tempos da escola, quando militares ali foram "se atualizar". O Estado de S. Paulo chegou a noticiar, em 20.03.76 que "um ex- investigador da polícia de São Paulo, procurado como membro do Esquadrão da Morte e hoje cumprindo pena, não soube explicar como ingressara no curso de direito das FMU e o frequentara até o 3º ano sem jamais ter concluído o secundário".

Pelego estudantil

Pior do que isso, a escola interiorizou o sistema de repressão sistemática: "Eu, quando vejo um cartaz que não é autorizado pela direção da escola, eu tiro. A direção da escola nunca me pediu para fazer isso, mas eu faço porque odeio agitações". São palavras de uma secretária.

Por trás de alegações de racionalidade, organiza-se a estrutura repressiva da escola: "Neste prédio trabalham 6 bedéis, declara um deles. Minha função é controlar a presença dos alunos, dos professores, pôr ordem, disciplina, impor respeito". Além disso, a cada início de semestre, a diretoria procura escolher entre os alunos um "representante de classe", um verdadeiro pelego estudantil. Sua função seria levar a diretoria às reivindicações dos estudantes, mas, nas palavras de um professor, "o que sinto é que o representante controla o professor. Ele está sempre presente, ouvindo tudo e sabemos que eles mantêm reuniões regulares com a direção".

Sociologia e Política Agrava-se a crise

A greve dos estudantes da Escola de Sociologia e Política de São Paulo já chegou ao 45º dia. Os alunos continuam exigindo a demissão da diretoria, envolvida em agressões físicas a alunos da escola (ver EM TEMPO 127). A queixa-crime contra os diretores Josué Spina França e Amílcar Mattrei prossegue, já sendo apurado que o primeiro diretor responde a vários processos.

Além disso, através do jurista Gofredo da Silva Telles, os estudantes entraram com uma representação ao Conselho Superior da Fundação (órgão responsável pela direção da escola), dando um histórico da crise e exigindo, além da demissão da diretoria.

UEE - RGS

Contradições da diretoria da UNE

Recentemente realizou-se o III Congresso da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, com 344 delegados e 150 observadores, um índice de participação menor que no ano passado. Durante o Congresso ficou evidente a falta de propostas de luta que pudessem unificar os estudantes, juntamente com professores e funcionários, na conquista de espaços democráticos na gestão da universidade, no combate ao aumento das anuidades e à implantação definitiva do ensino pago nas federais.

Na verdade, o Congresso refletiu claramente o momento de crise por que passa hoje o movimento estudantil nacional, embora a diretoria da UNE, afirmasse: "Não existe crise no movimento, ela está na cabeça de quem fala"...

Questionada sobre suas propostas para o próximo CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base), a diretoria negou diante do Congresso que pretendesse tirar para os primeiros dias de agosto a greve nacional. Dois dias depois, no entanto, em entrevista à "Folha da Tarde" de Porto Alegre, Aldo Rebelo declarava que "os estudantes brasileiros poderão entrar em greve no princípio de agosto, de acordo com a decisão que virá do CONEB".

História - USP Alunos exigem eleições diretas

Fazendo uma série de manobras e se utilizando da estrutura autoritária e burocrática da Universidade, a profª Maria Beatriz Niza da Silva, conseguiu se "eleger" chefe do Departamento de História da USP com 2 votos a favor e 7 em branco. Detalhe: em 1978 os alunos fizeram uma greve de 6 meses onde reivindicavam, entre outras coisas, sua saída da escola.

Não reconhecendo a "eleição", os alunos se mobilizaram, exigindo eleições livres e diretas. O caso chegou até o reitor da USP, Valdir Muniz Oliva, que lavou as mãos dizendo que este era um "problema interno" do Departamento.

Sexualidade, tema proibido

Um grupo de mães da zona norte de São Paulo iniciou um movimento para acabar com a "pornografia na televisão". Um dos alvos da campanha é o quadro "Educação Sexual", que faz parte do programa TV Mulher transmitido pela Rede Globo de Televisão. O quadro é apresentado pela psicóloga e sexóloga Marta Suplicy e agora está ameaçado de sair do ar.

Por Maria T. Verardo

O tema Sexualidade volta à tona, agora com toda a força, diante da investida de um grupo de mães na zona norte de São Paulo (Santana) que tomaram a iniciativa de fazer um memorial que acabou se ramificando por vários estados e conseguindo 100 mil assinaturas contra a "pornografia na televisão, revistas, filmes, cartazes de cinema e publicações". A alegação das senhoras para pedir esta censura é que "estamos presenciando em nossas televisões uma total inversão de valores, valoriza-se a infidelidade conjugal, o desamor familiar onde são mostradas cenas de estupro, masturbação, troca de casais".



Marta Suplicy: "já esperava por isso há muito tempo"

Um dos alvos da campanha é o quadro "Educação Sexual", que faz parte do programa TV Mulher transmitido pela Rede Globo de Televisão, e é apresentado pela psicóloga e sexóloga Marta Suplicy. Esta campanha contra o programa já provocou uma reação do DENTEL — Departamento Nacional de Telecomunicações (órgão do governo encar-

regado da censura aos meios de comunicação) que colocou o programa "em observação" por achar o quadro de Marta Suplicy "inadequado para o horário" e com possibilidade de sofrer as penalidades impostas pelo DENTEL (advertência, suspensão temporária ou mesmo supressão).

Entrevistada pelo EM TEMPO Marta Suplicy declarou que "na verdade tudo isto não me surpreendeu, eu já esperava por isso há muito tempo. Falar de temas tabus com o sexo é despertar uma reação, o que é surpreendente é que esta reação tenha demorado um ano para acontecer".

O que foi surpreendente nesta história toda foi a atitude apresada do Ministro da Justiça, Abi Aekel, que no momento da entrega do memorial decidiu fazer uma ofensiva junto à televisão para conter "a onda de licenciosidade na programação de vídeo". Afirmou ainda que iria "propor a reformulação da legislação sobre a censura, de modo a permitir uma fiscalização mais eficaz nas emissoras de TV, e alterar a composição do Conselho Superior de Censura, para que dele possam fazer parte mães de família e representantes religiosos". Atualmente o órgão é formado por representantes de órgãos do governo, cinema, teatro, televisão e

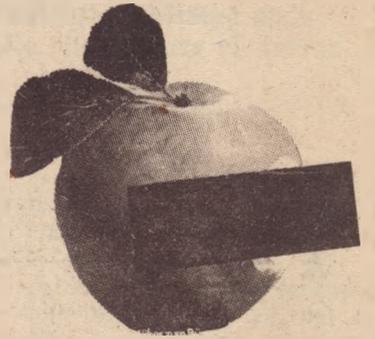
imprensa. Todas essas medidas foram anunciadas no dia 21. No dia 23, o mesmo ministro voltou atrás em todas as suas declarações dizendo "que não havia dito nada disso, nada do que pretendemos fazer foge ao esforço de mediação, porque as redes de TV no Brasil são pouco numerosas e dirigidas por homens cuja concepção de bem público nos leva a pensar que serão sensíveis a estas medidas". O que mudou, sr. ministro?

Nesta história toda, é igualmente curiosa a grande confusão entre educação sexual e pornografia.

Sexualidade e Repressão

Permitir que se fale naturalmente sobre a sexualidade é instrumentalizar o indivíduo para a conquista de sua felicidade sexual individual, já que a sexualidade é uma propriedade inerente à personalidade de todos, que podem ter-a como um problema de realização pessoal ou como miséria — frustração pessoal.

Como afirma José Angelo Gaiarça — psiquiatra e sexólogo — "Posso dizer que não tenho nada a ver com sexo, que não tenho posição ante a questão, mas continuo a ter glândulas, órgãos e hormônios, desejos e inibições sexuais".

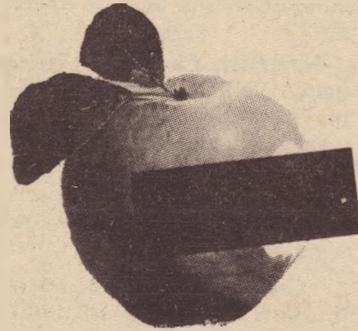


Na verdade num país onde 90% das mulheres nunca sentiu orgasmo, e desses 90% uma grande maioria nunca sentiu nem ao menos o prazer numa relação sexual, falar de sexualidade é falar de algo absolutamente distante, é falar de uma "terra prometida que nunca experimentaram. Só podem lutar pelos "direitos" sexuais àqueles que já experimentaram a felicidade sexual".

Se é certo que ninguém pode ter uma posição definitiva sobre a sexualidade, porque ninguém sabe exatamente como ela é, não há dúvida que descrever, confrontá-la, analisá-la, discuti-la é permitir que vá se encontrando caminhos, soluções ou ao menos alguma "pista" para conhecê-la. Impedir este debate sério é permitir que um tema tão natural seja tratado como um mistério, algo sujo e que deve ser escondido. Ora não é isso que alimenta aquilo que se chama de pornografia?

A pornografia não nasce justamente nesse espaço obscuro do desconhecimento, da mesma ignorância que estimula o nascimento das ansiedades, angustias e insatisfações? Não é esse o espaço necessário à proliferação do grande comércio capitalista do "sexo"?

Será que as Mães da Zona Norte já pensaram se não estão fazendo o jogo da pornografia que dizem combater?



Três anos de movimento homossexual

Fundado em maio de 1979, o Grupo Somos de Afirmação Homossexual/SP, realizou de 17 a 28 de maio, uma semana de promoções, marcando os três anos de existência do movimento homossexual no Brasil. Foram apresentados no Museu da Imagem e do Som, três longas metragens, Lira do Delírio, As Filhas do Fogo e República dos Assassinos

e o curta Um Clássico, Dois em Casa, Nenhum Jogo Fora, que culminaram com um debate sobre a representação do homossexual no cinema. Um dos pontos mais discutidos foi o chavão de associar homossexualidade com violência e marginalidade, do qual poucos autores conseguem escapar. Na noite do dia 22 de maio, na sede do Somos (Rua Abolição 244, São Paulo), com a

presença de Peter Fry, antropólogo da UNICAMP, foi discutida a situação do movimento homossexual, atualmente dividido em grande número de grupos. O fato é atribuído por alguns à natureza anti-autoritária dos grupos, enquanto outros reiteram a necessidade de um grupo unido e forte. Além disso, debateu-se a questão da sexualidade "um dos pontos básicos do movimento".



se expande

O S.O.S. MULHER realizou no dia 17 deste mês um encontro para fazer um balanço de sua atuação nesses sete meses de vida.

Contando atualmente com 60 plantonistas (iniciou com 20) e com cerca de 500 casos atendidos, era natural que os problemas se avolumassem e se sentisse a necessidade de parar para discutí-los e resolvê-los.

Questões como organização interna, assistencialismo, grupos de reflexão, legalização e atuação política da entidade foram exaustivamente discutidas. Neste momento da existência do S.O.S. todas estas questões tem que

estar claras devido a fase transitória porque está passando a entidade, transição para uma atuação mais conjunta, mais sistemática, a nível nacional, já que representantes de diversos grupos feministas estão vindo a São Paulo para participar desta experiência e construir entidades semelhantes em seus estados.

Para viabilizar a formação de novas entidades semelhantes ao S.O.S. MULHER, marcou-se para julho, paralela a realização da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — um encontro de todos os grupos de mulheres do Brasil para se discutir a questão da violência contra a mulher.

Leia e assine

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57
Pinheiros - SP.
CEP: 05414
Fone: 852-8880

EM TEMPO:



Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 800,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

Atlanta

Novo capítulo do massacre

Um escritor norte-americano escreveu certa vez que o racismo dos Estados Unidos constituía a infâmia de uma nação. Esta manifestação feita na década de cinquenta pode ser repetida hoje, numa demonstração de que o problema não foi solucionado, apesar da propaganda oficial. Quando Albert Khan afirmou que o racismo é a infância dos EUA, não estava dizendo nenhuma novidade. O racismo ali, como em qualquer outro lugar onde esta forma de irracionalismo se manifesta é infamante para quem o pratica.

Por Clóvis Moura (*)

Tudo isto nos vêm ao pensamento ao refletirmos sobre a onda de assassinatos de crianças em Atlanta, fato que a imprensa do mundo inteiro está noticiando. De fato, será obra de um louco este rosário de mortes violentas praticado contra crianças negras? Será a demência de algum lunático que está praticando este crime monstruoso? Nada disto. As vinte e seis crianças negras assassinadas friamente são vítimas da demência e da irracionalidade do sistema americano. Esta violência surge impunemente, alastra-se, mata também impunemente, depois recolhe-se como uma sanfona diabólica para retornar de acordo com os mecanismos reguladores dos interesses das elites políticas neofascistas dos Estados Unidos. Não é de agora que isto acontece. Os crimes impunes da Ku Klux Khan e do FBI contra a comunidade negra são proverbiais. As decisões da Suprema Corte contra a segregação não arranham sequer a epiderme da atuação dessas entidades apoiadas no racismo subjacente da maioria da população dos Estados Unidos. Mas, por outro lado, essas ondas de crimes surgem em determinados momentos, exercendo uma função terrorista detonada por membros de organizações políticas legais. Na época da chamada Guerra Fria, os negros dos Estados Unidos foram perseguidos, dizimados impunemente pelos defensores da civilização cristã. Exatamente desta época são os exemplos que daremos em seguida (dados fornecidos por Albert Khan):

Nova Orleans, Louisiana, Setembro de 1945: Tom Jones de dezessete anos foi gravemente ferido a bala pelo condutor branco de um ônibus por não ter dito "Sim senhor".

Direito de Hanover, Carolina do Norte, dezembro de 1945: Ernest Brooks, de quatorze anos, foi sentenciado a prisão perpétua, acusado de violação. Tinha sido primeiramente sentenciado à morte, mas R. Gregg Cherry governador da Carolina do Norte, comutou a pena para prisão perpétua.

Natchez, Mississipi, fevereiro de 1946: James Lewis, de quatorze anos e Charles Trudell de quinze anos, dois jovens negros foram declarados culpados do assassinato de um granjeiro branco e sentenciados à morte. O caso foi levado à Suprema Corte do Estado que confirmou a pena.

Levado à Suprema Corte dos Estados Unidos a sentença foi mantida, embora os advogados de defesa demonstrassem ser a única prova existente contra os meninos uma confissão obtida sob coação. Lewis e Trudell foram eletrocutados.

Detroit, Michigan, Outubro de 1947: Beverly Lee, um menino negro de quatorze anos foi morto com um tiro desfechado por um policial enquanto andava pela rua com um amigo. O policial gritou: "Pára, filho de uma cadela." Em seguida atirou. O policial foi absolvido.

Nacogdoches, Texas, Março de 1948: O negro Ellis Hudson foi morto a tiros por um policial do Texas, no momento em que ia prestar fiança por seu filho que fôra preso e espancado pelo mesmo policial quando o jovem não o chamou de "senhor".

Detroit, Michigan, julho de 1948: Depois de espancaram brutalmente Leon Mosley, um rapazinho negro de quinze anos, os policiais mataram-no a tiros. O informe da polícia afirmava que o jovem negro dirigia um automóvel com as luzes apagadas.

New Bern, Carolina do Norte, março de 1948: David Bryant, um menino negro de quatorze anos foi sentenciado a trinta anos de reclusão na Prisão Central do Estado, depois de ter sido declarado culpado por roubo em segundo grau.

Groveland, Flórida, setembro de 1949: Três jovens foram presos e torturados pela polícia até "confessarem" terem violentado uma mulher branca. Mais tarde ao examiná-los, os médicos descobriram terem eles sido açoitados, terem arrancados vários dentes e terem retalhadas as plantas dos pés. Os jovens foram julgados e condenados à morte, e depois a prisão perpétua. Grupos brancos de homens armados atacaram o setor negro do povoado de Groveland e incendiaram e saquearam casas. Um negro foi morto a tiros.

Cairo, Geórgia, março de 1950: o sacerdote batista negro James Turner e seus três filhos pequenos foram encontrados assassinados em suas camas. Tinham-lhe esmigalhado a cabeça com uma acha de lenha. A senhora Turner que fugiu de casa quando os salteadores entraram, disse ter sido perseguida por um homem vestindo uma túnica branca parecida com as usadas pelos membros da Klu Klux

Khan. Os criminosos ficaram impunes.

Opelika, Alabama, Novembro de 1950: Willie B. Carlisle, um jovem negro de dezenove anos, foi morto a cacetadas por dois policiais. Julgados mais tarde por um tribunal federal, sob a acusação de terem violado os direitos civis de um negro, um dos policiais recebem uma sentença de dez meses e o outro uma de seis. Ambos foram absolvidos da acusação de assassinato.

Como vemos, a matança de inocentes negros não surgiu agora em Atlanta. Faz parte do cotidiano da sociedade norte-americana.

Depois, temos as décadas de sessenta a setenta, quando os negros depois de serem atacados genocidamente reagem e exigem os seus direitos. Evidentemente não iremos, em simples artigo, rememorar os detalhes desta época dramática dos negros americanos. O preço que eles pagaram foi muito alto: os seus mais representativos líderes foram sumariamente eliminados, como aconteceu com Luther King, Malchom X e outros. Muitos foram presos como Ângela Daves, através de uma farsa das mais infames criada pelo FBI e a Justiça dos Estados Unidos.

Agora, com a vitória de Reagan — vitória da extrema direita racista — temos um novo capítulo nesta violenta história. Os cow-boys políticos que apoiaram o atual presidente dos Estados Unidos são os mesmos que se acostumaram a espancar, prender ou assassinar jovens e crianças negras. Desta forma, jamais os assassinos serão presos, julgados e condenados.

Evidentemente, há toda uma moldura que disfarça o crime, inclusive uma comissão especial encarregada de apurar os assassinatos. Entramos em outra fase da perseguição aos negros dos Estados Unidos. Toda as evidências o indicam. A displicência do FBI e da polícia (as mesmas instituições que nas décadas de cinquenta e sessenta matavam e encarceravam negros) bem demonstra como estamos vivendo uma peça de teatro, infelizmente uma peça de teatro, infelizmente uma tragédia. Segundo informações da imprensa, Roy Innis, dirigente de uma organização de defesa dos direitos civis, afirmou ter identificado um suspeito no caso dos assassinatos dos 26 meninos negros e ameaçou publicar o nome se a polícia não o prendesse em 72 horas. Disse mais

que tentou entrar em contato com o prefeito de Atlanta, Maynard Jackson para relatar-lhe a informação, mas não conseguiu.

Isto mostra, de um lado, o medo generalizado que existe da parte dos líderes anti-racistas, ameaçando de publicar o nome de um criminoso caso a polícia não o prenda, quando o normal seria dirigir-se à polícia e denunciá-lo pura e simplesmente. De outro, mostra como as autoridades não estão dispostas a solucionar o crime coletivo. Muitos outros corpos poderão aparecer posteriormente em Atlanta, mas o sofisticado aparelho policial-repressor dos Estados Unidos

manter-se-á discretamente interessado e finalmente confessará sua impotência diante dos fatos. Esses assassinatos ficarão impunes, como os de milhares de negros linchados, de jovens negras estupradas e assassinadas com a cumplicidade da polícia e da justiça norte-americana. Repito que esses crimes ficam impunes: jogo com a história e o futuro ao dizer isto.

(*) Clóvis Moura é escritor, autor de *Rebelião na Senzala*, *O Negro de bom escravo a mal cidadão*, *Preconceito de cor na Literatura de Cordel*. É presidente da União Brasileira de Escritores.

FBI acusa os próprios negros



No Centro de Investigações, os desenhos "psicografados": quase todos negros.

No dia 28 de março já eram 26 jovens e crianças negras assassinadas e dois desaparecidos. Em média, quase toda semana, de um ano e meio para cá, um assassinato. O mais impressionante, no entanto, e que tem garantido a continuidade do massacre, são as reações da polícia norte-americana.

Ela acusa os pais das crianças em pelo menos quatro dos crimes, alegando que os filhos eram "um peso para suas famílias". Ao lado disso, a imprensa burguesa vem insinuando que a morte dos jovens é consequência direta da vida nos bairros negros, que os meninos vinham de lares onde os pais eram separados, que não tinham boas notas na escola, enfim, acusam os mortos, à semelhança dos assassinatos de mulheres no Brasil.

Dizem ainda que não há

evidência de motivações racistas para os assassinatos, apesar de todos os mortos serem negros. A alegação principal é de que não haveria racismo numa cidade como Atlanta, onde o prefeito e vários funcionários são negros.

O FBI, por sua vez, alega que as investigações não podem prosseguir por falta de dinheiro. Imaginem: o mais rico governo do mundo não tem fundos para investigar a morte de 26 crianças! O cúmulo, porém, à beira do inacreditável, foram os métodos empregados pelo FBI. Ao invés de seguir pistas mais óbvias, como investigar a organização racista Ku Klux Khan, o FBI ouviu os mais famosos videntes do país, para formarem um retrato dos possíveis assassinos! Conclusão: quase todos os "suspeitos" desenhados, são negros. (M.C.)

Nicarágua

Avança a revolução

“Somente os operários e camponeses irão até o fim, só sua força organizada logrará o triunfo. Estas não são palavras de Marx ou de Lenin, nem foram ditas na Rússia ou Alemanha; são palavras de um nica, de um autêntico proletário Nicaraguense: Sandino”.

Assim começou seu discurso do 1º de Maio o comandante sandinista Luis Carrión. “Nós, os sandinistas somos filhos de Sandino e irmãos de Carlos Fonseca Amador, o homem que reuniu a experiência e o exemplo de Sandino com uma teoria revolucionária, uma doutrina científica e ensinou a todo o povo nicaraguense o caminho que conduz à vitória”.

Honduras Exército ataca sandinistas

Em novembro próximo haverá eleições em Honduras. Trata-se de uma operação política destinada a enfrentar com a linha da “abertura democrática” a vaga revolucionária que sacode a Centroamérica e da qual Honduras não escapa. Porém, o setor mais recalcitrante das forças armadas não está de acordo com o plano. E isto se combina perfeitamente com a linha atual do imperialismo de utilizar Honduras como força de choque contra a revolução nicaraguense, impulsionando uma guerra entre os dois países. Estes setores vêem na guerra a possibilidade de acabar com a influência da revolução nicaraguense e também um meio de sair da encruzilhada colocada pelo plano eleitoral.

Entretanto, a esquerda se esforça para se colocar à altura da situação. Numa entrevista ao periódico sueco “Lars Palmgren” um dirigente do Partido Comunista Marxista Leninista — PCml — de Honduras afirmou que “Nicarágua e El Salvador têm provocado um aprofundamento da discussão sobre a tática e a estratégia... e uma tendência a maior unidade das forças revolucionárias”. Recentemente se reuniram representantes de mais de 200 organizações de massas para discutir estes problemas em relação a situação caracterizada por este dirigente como “tendência ao início de uma crise revolucionária, ainda que não tenha alcançado o nível de El Salvador ou Guatemala”.

O PCml, o PC, PASO e o Partido Democrata Cristão formaram, no início de 1980, a Frente Patriótica Hondurenha — FPH — e, desde então boicotaram as eleições à Assembléia Constituinte, em abril deste ano. Porém agora o Partido Democrata Cristão saiu desta frente. Para as próximas eleições, disse o entrevistado do PCml, “o ponto mais importante é que os candidatos devem representar as lutas e a independência das massas em relação aos diferentes projetos da burguesia. Antes não tivemos uma clara compreensão desta questão. Por isso deixamos que no curso das eleições, os democratas cristãos utilizassem a FPH e nos manobrassem em função de seus projetos”.

Recentemente aumentaram as resistências da burguesia nicaraguense ao avanço da revolução, ao mesmo tempo em que a possibilidade de uma intervenção militar imperialista está mais presente. Do seu lado os sandinistas intensificam a preparação militar.

Por Marcelo Zugadi

Carlos Fonseca Amador foi o fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional SLN, marxista e identificado profundamente com a revolução cubana.

Ao abrir deste modo seu discurso, Carrión estava acentuando uma linha que nos últimos meses vem tendo cada dia um perfil mais claro, enfrentando os ataques internos e externos das forças direitistas: só o socialismo pode garantir a vitória; e o socialismo não é um ascenso aos trabalhadores nicaraguenses, senão uma conclusão lógica de sua luta encabeçada pelos sandinistas. “A FSLN, insistiu Luis Carrión, é o Partido dos Trabalhadores, a vanguarda da classe operária e de todo o povo da Nicarágua”.

A radicalização da Revolução Nicaraguense — que tem caminhado ininterruptamente durante seus dois anos de vida — corre junto com o aumento da oposição interna por parte dos burgueses e latifundiários e com as ameaças de intervenção militar imperialista através dos mercenários somozistas e de uma guerra com Honduras, cujo governo tem passado das declarações bélicas aos fatos, com repetidos ataques fronteiriços durante as últimas semanas.

A FSLN aproveitou o 1º de Maio para levar a cabo uma intensa mobilização em todo o país e fortalecer o processo de unidade das distintas centrais operárias que, com exceção da CTN e a CUS, marcham para a unificação através de uma “Coordenadoria Sindical”. (A CTN e

a CUS agrupam os agentes do imperialismo — AFL CIO — e os burocratas da época somozista; no 1º de Maio reuniram, em Managua, apenas 700 pessoas).

México defenderá a Nicarágua

Para o 1º de Maio os chefes da revolução se deslocaram para as principais cidades do país e em Managua, Luis Carrión (que além de dirigente da FSLN é vice ministro do interior), esteve em todos os atos que chegaram a mobilizar dezenas de milhares de trabalhadores.

Respondendo as ameaças de invasão imperialista à América Central, a FSLN tem ressaltado o caráter internacionalista deste fato. Carrión assinalou que “A luta da classe trabalhadora é uma só em todo o mundo: liquidar a exploração e construir a sociedade sem classes. Neste fato internacional devemos expressar nossa solidariedade militante, nosso apoio decidido a todos os povos que lutam por sua liberação. Particularmente aos trabalhadores combatentes da Guatemala e El Salvador lhes dizemos que sua luta é nossa e que nossa luta por consolidar e defender esta revolução é também a luta deles”.

A todo instante os sandinistas combinam a denúncia política com a preparação militar para enfrentar a intervenção armada, pois a julgam iminente. Tomás Borge, principal dirigente do governo e da FSLN declarou que “uma delegação viajará ao Brasil para completar o quadro de solidariedade na América Latina”. No México, a delegação sandinista obteve um

grande êxito diplomático: Lopez Portillo declarou que o “México defenderá como própria a causa da Nicarágua”.

Numa recente entrevista, o chefe do Estado Maior do Exército Popular Sandinista, comandante Joaquim Cuadra, declarou que “estimamos que os próximos meses, em particular maio e junho, serão os mais difíceis e durante seu transcurso é possível que nossos inimigos tratem de reeditar na Nicarágua uma versão corrigida e aumentada da operação de desembarque à Baía dos Porcos (a tentativa de invasão a Cuba feita pelos EEUU em 1961) contra nossa pátria. Porém estamos preparados para corresponder-lhes de modo enérgico e aplastá-los rapidamente”.

Guatemala Estados Unidos ajuda ditadura terrorista

Desde 1977 a Guatemala recebe ajuda militar dos Estados Unidos. De acordo com a política de “direitos humanos” de Carter, o Departamento de Estado se encarrega de que os gorilas guatemaltecos obtenham alimento através da Argentina e agora o parlamento americano votou o reinício de novos envios oficiais. O general Romeu Lucas Garcia foi eleito presidente em julho de 1978 com uma abstenção de 65% e em meio a uma campanha de terror que só tem aumentado desde então. Em 17 de fevereiro último, a Anistia Internacional declarou que Romeu Lucas Garcia supervisiona diretamente as atividades de uma agência de inteligência que se dedica aos assassinatos políticos. Durante seu governo foram assassinadas 5 mil pessoas e outras 615 estão “desaparecidas”. Ainda segundo este informe “as decisões políticas e a seleção de quem vai “desaparecer” e ser assassinado, se fazem depois de consultas entre altos funcionários dos Ministérios de Defesa e Interior e o Estado Maior do Exército”.

Na Guatemala atuam quatro organizações armadas. EGP (Exército Guerrilheiro dos Pobres), PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho), ORPA (Organização do Povo em Armas) e FAR (Forças Armadas Rebeldes). É o país mais povoado da América Central e nele se concentram grandes investimentos imperialistas. Recentemente foi descoberto petróleo “que poderá suprir 10% das necessidades dos EEUU”, segundo o New York Times.

A situação revolucionária existente no país tem polarizado totalmente as forças políticas e hoje o governo terrorista apoiado pelo imperialismo se enfrenta, inclusive com forças burguesas alheias a toda intenção revolucionária. O dirigente democrata cristão Vinicio Cerezo afirma que a extrema direita “quer liquidar-nos porque sabe que os EEUU não podem aceitar outro governo esquerdista depois da Nicarágua e que nos julgam a única alternativa. Por isso nos matam”. Nos últimos 10 meses 17 democratas foram assassinados.



Mulheres se preparam para defender a pátria livre

Panamá

Ex-ministro apoia salvadorenos

Um ex-vice-ministro panamenho, Hugo Spadafora, ofereceu à direção da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) sua colaboração para formar milícias internacionalistas que venham a lutar em El Salvador. “Segundo o próprio governo dos EEUU há em El Salvador 56 assessores norte-americanos. Como cada assessor militar tem a ajuda de três pessoas” —

disse Spadafora — “poderíamos enviar 150 guerrilheiros imediatamente”. Em sua declaração à imprensa mexicana, o ex-integrante do governo panamenho (que já lutou na Nicarágua nas brigadas com aquele país enviado para colaborar com os sandinistas) afirmou que “em dez dias podemos reunir dezenas de combatentes experimentados, em semanas podemos ter centenas e em meses podemos juntar milhares”.

El Salvador Governo resiste

Que está ocorrendo em El Salvador? Fracassaram as forças revolucionárias? Quais são as perspectivas?

Estas perguntas não são de fácil resposta a partir das informações que proporcionam os meios massivos de comunicação. Na realidade há uma verdadeira campanha que tende a desinformar e tergiversar e — apoiando-se no aparente impasse em que chega a guerra — gerar a impressão de uma derrota. O objetivo dessa campanha é desativar o movimento mundial de apoio à revolução salvadorenha, que é precisamente um fator chave na resolução da guerra na medida em que o governo militar não pode obter o triunfo sem a intervenção massiva de tropas estrangeiras.

A ofensiva geral não foi um fracasso

A ofensiva geral lançada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional — FMLN — em janeiro não conseguiu tomar o poder. Porém é difícil crer que esse tenha sido o objetivo. O comando da FMLN declarou que se trata de uma ofensiva geral e não da ofensiva final. Tudo indica que se tratou de um passo para se contrapor à ofensiva governamental que pretendia levar a cabo um trabalho de aniquilamento em grande escala. A contraofensiva frustrou o plano governamental e manifestou uma sólida capacidade militar da FMLN. Um objetivo não alcançado foi o de debilitar o poder militar governamental na capital, San Salvador, ponto a partir do qual a direção da FMLN via possível lançar a ofensiva em outro nível, convocando mobilizações que desembocariam na greve geral insurrecional.

Porém as forças armadas conseguiram evitar a dispersão e

Contrariamente ao que tem afirmado o imperialismo norte-americano, a revolução avança em El Salvador. Cada vez mais a junta militar se divide em torno da necessidade de uma negociação com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.



impedir, com base em uma repressão feroz, o êxito da greve.

Este resultado que, como veremos, de nenhuma maneira pode levar a considerar que a ofensiva geral foi um fracasso — talvez deva ser considerado à luz das

diferenças existentes entre El Salvador e Nicarágua, já que é precisamente com a vitória sandinista que se tem que comparar o curso da luta da FMLN. A diferença principal entre ambos os processos é que em El Sal-

vador a burguesia não está dividida ao ponto em que estava na Nicarágua durante o último ano de Somoza. Isto se deve por uma parte ao maior desenvolvimento capitalista de El Salvador e por outra ao fato de que as classes dominantes assimilam a experiência da Nicarágua e resistem a correr o risco de serem atropeladas pela inexorável dinâmica da luta democrática que se transforma em revolução socialista. Não só a burguesia, mas também a hierarquia da igreja — logo depois do assassinato de monsenhor Arnulfo Romero — se negam a romper totalmente com o governo.

As dificuldades objetivas que encontra a FMLN na sua ofensiva geral e que não poderiam ser reduzidas a termos exclusivamente militares, não podem ser qualificadas como uma derrota. Tudo ao contrário, seu êxito se manifestou no plano político através de defecções na junta, como a do tenente-coronel Bruno Navarrete que em 11 de janeiro anunciou que se somava às forças da revolução. O diretor geral do Instituto Nacional do Café — Nelson Romero e o vice ministro do Planejamento, Carlos Frederico Paredes declaravam em fins de janeiro que passavam a apoiar as forças revolucionárias.

No plano militar este resultado se mostraria não só através de êxitos, tais como a captação de uma unidade completa da Guarda Nacional em Santa Ana, que se somou à FMLN, destruição de guarnições, recuperação de armas, sendo que o objetivo inicialmente falido — dispersar as forças da repressão — foi conseguido nos dois meses posteriores, apesar de que, desde janeiro, o governo recebeu mais e mais ajuda em helicópteros, armas e assessores do imperialismo e aumentou suas forças em 5 mil homens, segundo informa a agência EFE.

Em fins de fevereiro, a Internacional Socialista, reunida no Panamá, propôs uma mediação internacional para uma solução negociada que ponha fim ao

massacre que o governo está levando a cabo entre a população civil. A FMLN, através da FDR, anunciou que aceitava a proposta e sugeriu que a comissão mediadora estivesse composta por quatro setores: a social-democracia europeia, a democracia cristã europeia e duas personalidades independentes, uma norte-americana e outra latino-americana. Porém, tanto o governo presidido por Duarte como o governo dos Estados Unidos se negaram a qualquer negociação. O Dr. Fábio Castillo, da Comissão Político-democrática da FMLN-FDR, declara a respeito que: "a mediação internacional e eventuais negociações serão aceitas com base no fortalecimento das armas revolucionárias. Por conseguinte nós nos propomos realizar ofensivas políticas e militares que coloquem o governo na necessidade de negociar", e conclui, "estamos dispostos a explorar todos os caminhos que conduzam a uma solução política, uma solução negociada, porque estamos interessados em economizar vidas e economizar custo social ao nosso povo para realização de nossa revolução. O que não estamos dispostos é claudicar em princípio e a ceder ante certas gestões políticas e militares".

Um sinal que desmente a propaganda imperialista que pretende que as forças revolucionárias estão retrocedendo, é que a própria junta se tem dividido em torno da necessidade de negociar. Fábio Castillo afirma que "existem contradições muito claras — muito visíveis que têm aflorado recentemente no governo salvadorenho. Personalidades importantes do gabinete são inteiramente favoráveis à mediação internacional. Principalmente o chanceler Fidel Chaves; Duarte estaria numa posição intermediária. Numa posição totalmente contrária à negociação estão os setores castrenses, particularmente o coronel Garcia, ministro da Defesa e Abdul Cutierrez. Naturalmente os setores oligárquicos também são contrários".

Brasileiros apoiarão salvadorenhos

A possibilidade de uma intervenção militar direta dos Estados Unidos aos países da América Central é cada vez mais real e quase se consumou recentemente. Por outro lado, a cada dia aumentam as organizações de solidariedade a estes países e só em São Paulo já existem três.

Por Paulo Schilling (*)

Os homens que governam o maior império da história estão firmemente decididos a impedir a libertação de um terceiro país na América Latina (El Salvador) e muito menos de um quarto (Guatemala). A intervenção militar direta, caso a vitória dos movimentos guerrilheiros nestes países torne-se viável, é algo decidido e quase se consumou recentemente.

Estávamos na América Central quando Reagan mandou seu subsecretário de Estado para

Assuntos Europeus ao velho continente e o general Vernon Walters (nosso velho conhecido do golpe de 1º de abril de 1964) à América Latina, com a missão de conseguirem apoio diplomático a uma série de ações bélicas naquela região.

Enquanto isso, na zona do Canal do Panamá, uma força tarefa dos Estados Unidos praticava manobras que tinham como roteiro "a invasão de um país centro-americano". Paralelamente, a CIA preparava na Costa

Atlântica da Nicarágua uma rebelião separatista (que proporcionaria o pretexto para a intervenção dos "marines") e uma frota ianque ensaiava, frente a Porto Rico, o bloqueio naval de uma ilha. (Ver EM TEMPO 125).

Se não houvessem fracassado totalmente as missões diplomáticas a tripla ação bélica ter-se-ia consumado. Isso não significa que o perigo de agressão direta tenha sido eliminado definitivamente. Sabemos como é fácil provocar um "incidente internacional", que sirva de pretexto para uma intervenção. É demasiado recente para ter sido esquecida a provocação do golfo de Tonking, utilizada por Washington para a brutal agressão ao Viet Nam.

Esse perigo torna necessária uma ampla campanha popular que conscientize o povo brasilei-

ro para o drama que vivem os povos irmãos da América Central e do Caribe. Uma campanha que reforce o não à intervenção e que exija novos avanços: ruptura do nosso governo com a junta genocida de El Salvador, aumento da ajuda brasileira à Nicarágua e restabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com Cuba.

Tratando de canalizar a solidariedade de nosso povo aos que lutam no centro do Continente, por conquistar e fortalecer sua libertação, já atuam em São Paulo várias organizações: o Comitê Brasileiro de Solidariedade (CBS) o Solidariedade com o Povo de El Salvador (SPES) e o Comitê de Solidariedade com os Povos da América Central e Caribe.

Por intermédio dessas organizações, todos podem manifestar

sua solidariedade àqueles povos e protestar contra o genocídio, que somente nos últimos 16 meses vitimou mais de 20 mil salvadorenhos e guatemaltecos.

A América Central e o Caribe constituem a primeira trincheira dos povos latino-americanos na luta contra o inimigo comum: o imperialismo norte-americano. Cada salvadorenho, cada guatemalteco que joga sua vida nessa luta desigual e heróica é também um combatente da libertação nacional e social do Brasil, da América Latina, um soldado na luta pela formação da Pátria Grande dos Latino-americanos.

Paulo R Schilling: é militante do PT, foi secretário-geral da Frente de Mobilização Popular formada em 1961. Escritor de renome internacional, atualmente no Brasil ficou ainda mais conhecido como o "Pai de Flávia".



FRANÇA

Primeiros passos de Mitterrand

Os rumos começam a definir-se, após a vitória de Mitterrand. Clima de euforia popular reina nas ruas, nas fábricas e sobretudo na sede do Partido Socialista, que já triplicou o número de seus aderentes; vê-se configurado o perfil do novo governo socialista. A direita, através da sigla "União por uma nova democracia", tenta eliminar divergências, preparando-se para as próximas eleições legislativas.

Por Wagner Cardoso

Após ter dissolvido o Parlamento, o presidente socialista começou a sua campanha para a obtenção de uma maioria de esquerda no novo Parlamento, nos próximos dias 14 e 21 de junho. Diferentemente dos preparativos para as presidenciais, agora Mitterrand não precisará mais utilizar todos os meios de comunicação com a veemência empregada. Valendo-se da "euforia popular" e desse real "movimento de renovação", ele, terá que aproveitar-se muito mais das debilidades da gestão-Giscard, ao mesmo tempo em que poderá relativizar o diálogo com o Partido Comunista, seu principal interlocutor que está em perda de influência, esperando os resultados das futuras legislativas.

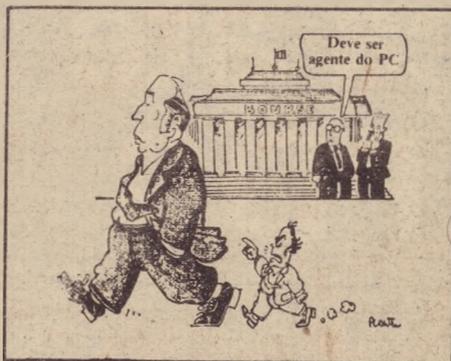
Ele não é para menos. O presidente do PS conseguiu uma ampla gama de eleitores que fazendo parte dos descontentes, desprezados pela política de Giscard, vão desde grande parte da juventude estudantil e a que estava desempregada; passando pelo voto das mulheres donas-de-casa ou as que também se encontravam sem trabalho; da mesma maneira que os velhos aposentados vivendo de um salário-ajuda de miséria; indo até os setores sociais que reprovam a política nuclear da direita: de camponeses a intelectuais.

A análise dos resultados confirmam que apesar das pressões da burguesia através da Bolsa de Paris, ou mesmo da fuga de capitais e queda do franco; o novo presidente francês goza de um amplo respaldo popular. Além do tradicional eleitorado de esquerda, ele conseguiu captar outros setores populares, antes sob o domínio do gaullismo, que poderão dar-lhe maioria no futuro Parlamento.

O Governo transitório de Mauroy

E por isso mesmo talvez, a composição do recém formado governo, dirigido pelo prefeito de Lille, Pierre Mauroy, possa ser considerado como uma abertura à direita. O que não deixa de ser muito perigoso tanto para ele, Mitterrand, quanto para as forças populares e operárias que o apoiaram.

Se não bastasse a velha experiência da Frente Popular de 1936 (ver box) para deixar o novo presidente com as barbas de molho, o próprio caráter desse governo provisório, tendo à sua frente um social-democrata notório, aponta a fragilidade dessa política de aliança de classes. O mais prudente seria a saída via um "governo socialista homogêneo" como ponto para o futuro governo a ser formado logo após o 2º turno das legislativas. Não que isso fosse substancialmente diferente do que ora vimos, mas sobretudo não criaria ilusões (ou desilusões) nos setores que votaram no socialista, como não daria um peso irreal à aliança antes implementada por Mitterrand.



Marchais correndo atrás de Mitterrand.

Se analisarmos atentamente, os dois representantes do Movimento Radicais de Esquerda — grupúsculo burguês — que passam a contar com dois ministérios, representam menos ainda que Arlette Laguiller, a candidata trotsquista da Luta Operária. Quanto a Michel Jobert, velho gaullista que hoje se encontra completamente isolado, além de não conseguir disputar sequer o 1º turno, viu-se obrigado, através de seu moribundo "Movimento Democrático", a apoiar Mitterrand, para não ser engolido pelo RPR do Chirac.

Única saída possível: à esquerda!

Sob o pretexto de não assustar possíveis simpatizantes e/ou aliados — leia-se burguesia nacional e internacional —, o antigo secretário-geral do PS, começa a agir como um perfeito chefe de Estado "responsável". Só que responsabilidade aí é confundida com oportunismo e contrassenso político. Principalmente quando se sabe que a única garantia de Mitterrand conseguir maioria no futuro Parlamento é contando com o apoio massivo do eleitorado do PCF — que apesar de relativo declínio ainda continua sendo um partido operário e de massa (basta ver sua influência junto à CGT, primeira central sindical). E é mais do que sabido, nos momentos decisivos das lutas sociais, esses possíveis aliados burgueses pulam para fora do bonde. Como já o fizeram na própria história francesa, ou mais recentemente quando da ruptura do "Programa Comum de governo", o então presidente dos Radicais de Esquerda, R. Fabre correu para os braços de Giscard em troca de uma pasta no falido governo.

A atitude prudente por parte do governo é correta. Mas ela não pode confundir-se com composições que levarão inevitavelmente à derrota. A única aliança possível que ele poderá efetuar é à sua esquerda e não à direita. É com o movimento popular e operário, através do Partido Comunista, juntamente com as pequenas organizações de esquerda, apoiando-se resolutamente nas grandes centrais sindicais — CGT, CFDT, FO e FEN —, estas são as únicas forças que realmente "aspiram às mudanças sociais".

Lições da Frente Popular de 1936

No dia 4 de maio de 1936, era eleita a "Frente Popular" que iria governar a França. A Europa atravessa um negro período de miséria e de avanço do fascismo. As massas populares, sentindo as conseqüências das derrotas sofridas tanto na Alemanha hitleriana, quanto na Itália de Mussolini, começavam a pressionar as direções de seus partidos e sindicatos a concluírem pactos de unidade de ação: na Espanha e na França surgiam os governos de Frente Popular.

O Partido Socialista Francês — declarava Léon Blum, seu principal dirigente — tornou-se a principal formação, a mais potente de todo o Parlamento. Assim sendo, nós declaramos que não iremos perder um minuto sequer na nossa nova tarefa, isto é, constituir e dirigir o governo da Frente Popular.

Esse novo governo, que em janeiro do mesmo ano adotara o nome de "Reagrupamento popular", era constituído pelos partidos comunistas, socialista e pelo forte Partido radical, burguês. A aliança de classes estava feita. Com um programa reformista e que de uma certa maneira ia de encontro aos anseios populares — anistia geral, desarmamento e dissolução dos grupúsculos fascistas e para-militares, reforma da imprensa, o respeito do direito sindical; assim como a nacionalização da indústria bélica, a instituição de um fundo

nacional pelo desemprego, a redução da semana de trabalho para 40 horas, a nacionalização do Banco da França, o estrito controle da saída de capitais —; apesar disso, ele não foi suficiente para evitar o amplo movimento de greve geral que invadiu a França, entre maio e junho de 1936.

Nem tampouco foi capaz de resistir às pressões da média burguesia, que face ao incessante movimento grevista, a alta da inflação e a desvalorização do franco, retirava seu apoio, pedindo "medidas severas contra a crise".

Então, via-se ora Blum reprimir os trabalhadores com o mesmo aparelho policial que ele havia herdado do precedente governo, ora ouvia-se declarações de M. Thorez — secretário geral do PC —, dizendo que "era necessário saber acabar com uma greve, mesmo que as reivindicações não sejam de todo contempladas".

As questões internas — "reivindicações exageradas", como diziam os dirigentes da Frente — seguiram-se os problemas de política externa. Pode-se mesmo dizer que foram esses últimos os causadores da desintegração de tal "governo popular".

Quando, na Espanha estourou a guerra civil, em conseqüência do golpe de Estado militar, contra o governo da Frente Popular, a política de Léon Blum foi clara: "não intervenção". De pleno acordo como o governo de Londres, do qual ele esperava milagres financeiros, o governo francês recusava-se a fornecer armas aos espanhóis que lutavam, não só com seus fascistas nacionais, mas também contra as tropas alemãs e italianas. Essa foi a gota d'água que fez romper a política de alianças, pois o Partido Comunista, por seu turno, implementava uma campanha, pedindo envio de aviões e de tanques para ajudar os espanhóis anti-fascistas.

Dois anos depois de constituído, o balanço da Frente Popular era catastrófico: o movimento operário estava dividido (apesar da unificação e relativo fortalecimento da CGT); a guerra não foi evitada e o país acabaria sendo ocupado pelos nazistas...



Populares comemoram a vitória dos socialistas

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Rôbinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS n.º 9.149

Arte: Sérgio Papi e Paulo Roberto Borges

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - R. Francisco Leitão, 57, Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680;

Impressão: Cia. Editora Joruês R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

Sem dúvida o aspecto que mais chama a atenção na nova proposta do PCB é o seu apoio a um "movimento autônomo e específico das mulheres". É um avanço importante, sem dúvida, embora a colocação seja bastante vaga, e seja feito um esforço algo artificial para classificar o movimento de mulheres como "luta democrática" — na verdade, o movimento vai muito além disso.

Também tem um certo sabor de novidade a menção à "defesa dos direitos da juventude". É verdade que o PCB guarda ainda uma prudência conservadora: fala de diversos direitos da juventude, mas se guarda bem de falar da luta contra a moral que oprime a juventude, pelo direito a uma vida sexual sadia, por exemplo (aliás, este tema também não aparece vinculado à luta das mulheres).

Também é nova a importância dada à luta contra o "preconceito de cor". Teria sido mais claro, porém, se o PCB falasse diretamente da luta contra o racismo e apoiasse o movimento negro, deixando de lado fórmulas do tipo "preconceito de cor". Do mesmo modo, aparece com certo destaque a defesa das terras e da cultura indígena, e a Igreja Católica merece uma menção positiva.

Um partido de massas, contra o dogmatismo?

Outro aspecto importante da tentativa do PCB em renovar-se é o fato de apresentar-se, na última tese, dizendo que "o PCB legal será um partido amplo, de massas, democrático e nacional". Nesta tese, enfatiza-se que o PCB legal será o resultado da "ação criadora dos comunistas junto às massas, especialmente junto à classe operária", ação que visa ao fortalecimento da convivência democrática entre as diversas correntes de pensamento, o reforço da sociedade civil, o funcionamento pleno do pluralismo partidário e o respeito e a aplicação dos direitos fundamentais do homem". Poderemos ver nesta tese uma sincera auto-crítica do passado stalinista do PCB, do seu apego à concepção de partido único, do seu apoio às formas de repressão burocráticas ainda vigentes nos países que se chamam de "socialistas"?

Um partido ainda stalinista

Difícilmente. Ao passar em revista a sua história, nas teses 44 a 48, o PCB não chega nem a ensaiar um balanço crítico do seu passado. Fala vagamente em "dogmatismo" (que teria começado a ser superado após 1956). E termina atribuindo as maiores responsabilidades a Prestes, considerado "representante da crise da ideologia pequeno-burguesa no seio dos comunistas". O apego ao "pluralismo partidário" já é posto em dúvida quando, logo na introdução, o PCB se auto-define como o "partido político do proletariado brasileiro".

Esta dúvida sobre se o PCB superou o stalinismo se transforma em certeza (no sentido contrário) quando lemos na tese 5 que "o socialismo, hoje, possui um apelo mais forte junto aos trabalhadores" (referindo-se à URSS e ao seu bloco) e que "o desenvolvimento dos países socialistas atende às necessidades das massas trabalhadoras". Seguramente não é o que pensam os trabalhadores poloneses, por exemplo, com relação ao gênero de "socialismo" que se constrói na URSS e no seu bloco. Não é verdade que "aprofunda-se e amplia-se a democracia": pelo contrário, o sistema de partido único, a ausência de órgãos de poder dos trabalhadores continua existindo; não é verdade que "avança-se no sentido de uma distribuição sempre mais equitativa da riqueza produzida". Menos ainda é verdade que "a União Soviética constrói as bases mate-

PCB

Aliança até com PDS

Dando um passo na preparação do seu VII Congresso, o Partido Comunista Brasileiro tornou públicas, através do jornal "Voz da Unidade", suas teses básicas para discussão. O que o PCB pretende e o que mudou tentamos avaliar agora.

Por João Machado



riais e culturais do comunismo". O único caso em que houve algum avanço em direção à democracia operária recentemente foi o da Polônia: e se deu precisamente **contra** o regime burocrático vigente, contra a casta burocrática reinante. E na Polônia só será possível alcançar o governo dos trabalhadores sobre a sociedade se a casta burocrática dominante for **derrubada**.

Não podendo ignorar a situação polonesa, as teses tentam adocicá-la, dizendo que "o caminho do socialismo não é isento de grandes dificuldades e erros" (tese 8), e dando toda confiança ao governo polonês para a solução dos "problemas que atualmente se revelam no país" (por problemas aqui devemos entender, naturalmente, o movimento operário).

Onde está o PT?

Quando lemos as teses, somos surpreendidos por um silêncio ensurdecedor: onde está o PT? Por que este partido que vem se construindo (e disputando espaço

CORAÇÃO É VERMELHO E DO LADO ESQUERDO...



PCB 59 ANOS

LEGALIDADE

com o PCB, naturalmente) não é mencionado nem uma única vez? A razão só pode ser que a simples menção é embaraçosa para o PCB. Pois o PT nasceu e cresceu exatamente a partir do fracasso, da falência anteriores do PCB, que deixaram a classe operária brasileira sem nenhum partido de massas.

Um partido de colaboração de classes

No entanto, o PT está presente nas teses, e é mencionado... com o nome genérico de "esquerdistas" (na tese 18), isto é, "correntes que não se orientam por posições que favorecem a unidade do proletariado e sua necessária aliança com outras forças sociais". Toda a tese 32 (contra a "partidarização do movimento sindical") é uma polêmica disfarçada com o PT.

A crítica aos "esquerdistas" que não querem fazer "alianças com outras forças sociais" (isto é, lutam pela independência política dos trabalhadores) nos leva a outro traço fundamental — em bem

antigo — da política do PCB. São inúmeras as vezes ao longo das teses em que é defendida uma política de alianças estratégicas com setores da burguesia. A tese 23 repete um velho refrão: "a contradição fundamental da sociedade brasileira manifesta-se atualmente como contradição entre o povo e o imperialismo, particularmente o norte-americano"; "a etapa atual do processo revolucionário brasileiro, orientado para o socialismo, possui caráter democrático e nacional"; "na etapa atual, papel fundamental cabe ao setor estatal da economia"; "as funções progressistas do setor estatal da economia dependem da composição das forças revolucionárias". Ou seja, é claramente definida **uma estratégia de fazer uma aliança com setores "nacionais", reforçando o peso do estado burguês** (a tese 9 já estabelecera que "a presença do Estado na economia serve ao capital monopolista, mas pode ser utilizada para implementar uma via de desenvolvimento independente e democrático").

A unidade do PCB com setores da burguesia fica ainda mais clara na tese 26, quando diz que "as oposições" devem elaborar um programa político, econômico e social baseado nas questões "já postas pelo **consenso nacional**"!!! (isto é: as "oposições" devem se pautar pelo consenso com o PP ou o PTB da Ivete).

Aliança com militares

A busca de alianças fica ainda mais estranha com a tese 40: "no quadro de uma sociedade democrática, a participação dos militares na vida política é um fenômeno positivo"! "Os comunistas consideram positivo que as Forças Armadas ocupem um justo lugar não só como defensoras da soberania nacional, mas também no processo do desenvolvimento econômico, social, técnico, científico e cultural, independente e democrático do país" (como se daria esta participação, o PCB não diz).

A aliança "sem preconceitos" com a burguesia e os seus aparelhos de poder ganha todas as luzes na tese 43: "as forças democráticas e progressistas podem utilizar o parlamento de forma válida e **eficiente**". Esta defesa de uma instituição burguesa (o parlamento) fica ainda mais concreta quando a tese explica: "criaram-se, assim, as condições para a formação de um bloco parlamentar que congregue os representantes dos partidos oposicionistas e **setores do PDS**, contribuindo para denunciar o regime. ...". Não há mais nenhuma ambiguidade sobre o grau de colaboração com o regime atingido pelo PCB.

Outro aspecto da defesa do atual Estado brasileiro aparece no fim da tese 23, quando se diz que "é possível que a revolução brasileira alcance os seus objetivos prescindindo da luta armada, da insurreição e da guerra civil". Continua dizendo que estas condições favoráveis existem "nas atuais condições do Brasil". Assim, o PCB julga, pura e simplesmente, que uma ditadura militar "reformada" é o quadro favorável para que a revolução brasileira atinja seus objetivos sem insurreição!!!

Em resumo, o PCB reafirma suas velhas referências. Não abandona o stalinismo. Não abandona a prática da colaboração de classes e todas as ilusões (que já lhe custaram caro) sobre o verdadeiro caráter do Estado brasileiro. Se há alguma mudança, é que aprofunda seu curso "moderado", isto é, de integração com a burguesia brasileira.

É com estas debilidades que ele se prepara para enfrentar o maior desafio da sua história: pela primeira vez, existe um partido operário de massas em construção, e situado claramente à sua esquerda (o PT).